

ATA DA 005ª SESSÃO ESPECIAL DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
CONVOCAÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DA SAÚDE E DO CHEFE DA DEFESA CIVIL - SC
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -
Declaro aberta presente Sessão Especial Virtual.

Senhoras Deputadas, senhores Deputados, a presente sessão especial foi convocada através de requerimento de autoria do deputado Milton Hobus, e aprovada por unanimidade pelos demais Parlamentares para ouvir o senhor Secretário de Estado da Saúde e o Chefe da Defesa Civil, que prestarão esclarecimentos acerca da contratação de fornecimento de hospital de campanha.

Passo, então, a palavra ao Presidente da Comissão de Defesa Civil para conduzir os trabalhos, deputado Milton Hobus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) -
Obrigado senhor presidente, quero cumprimentar o Secretário da Saúde, que mais uma vez está conosco, prestando esclarecimentos; cumprimentar também o secretário, o Chefe da Defesa Civil, João Batista; cumprimentar todos os Deputados presentes, Deputadas, e dizer que nós vamos tentar fazer uma seção bastante produtiva e proativa, esperando que consigamos levar a êxito. Vamos seguir mais ou menos o formato da reunião de ontem, onde por ordem das bancadas, nós teremos a manifestação e as perguntas de todos os partidos, começamos pelo maior, a cada três partidos que perguntarem, os Secretários vão responder. Eu começo, então, fazendo uma introdução, antes de passar a apresentação do Secretário Helton e do Secretário João Batista, da Defesa Civil, e nós propusemos um tempo de dez minutos para os dois, para que façam a uma apresentação daquilo que é objeto dessa convocação.

Nós, como um Presidente da Comissão de Defesa Civil, em nome de todos os membros da Defesa Civil, gostaríamos de dizer que, ao final das perguntas, os membros da Comissão de Defesa Civil

poderão também usar o tempo de três minutos para as perguntas, uma vez que a Comissão que solicitou essa audiência, e dizer Secretário Helton, Secretário João Batista, o motivo de novamente convocarmos vossas excelências para estarem conosco, que é para que nós possamos cumprir o nosso papel, representando a sociedade catarinense, de fiscalizar, de acompanhar os atos do Governo.

Vivemos um momento muito delicado, não só em Santa Catarina, mas no Brasil e no mundo, temos que respeitar essa crise, porque ela existe de fato, nós temos muitas mortes acontecendo no mundo inteiro, então todo cuidado para preservação da saúde e da vida são importantes. Mas, ao mesmo tempo, e aí um dos grandes motivos da convocação, infelizmente Santa Catarina tem sido colocada, até pelos órgãos externos, como um dos piores Estados em termos de transparência na gestão da crise do coronavírus.

Isso, de fato, é verdade, ontem ainda, na oitiva do Secretário Helton, o Secretário falava que já se instalou duzentos e quarenta e sete leitos de UTI, mas ninguém sabe onde é que eles estão, isso não é passado para a sociedade. Foi feito um *lockdown* total já, desde o dia dezessete de março, renovado de semana em semana, sem um planejamento com visão de médio e longo prazo, e também por conhecermos, Secretário João Batista, que existe um protocolo na Defesa Civil, um protocolo feito em dois mil e dezessete, é justamente um protocolo de risco biológico e de epidemias. Esse protocolo foi revisado em 2019, já no comando de vossa excelência, e nós não vimos esse protocolo ser usado, aliás a Defesa Civil ficou sempre a margem de todo o processo, simplesmente servindo, lá, como local e a condução dos trabalhos, sempre liderados pelo Governador e pelo Secretário Helton.

E aí nós vimos expectativas criadas, expectativas para a rede hospitalar da Santa Catarina, que se preparou para poder fazer frente a essa pandemia, liberando espaços para que pudesse receber equipamentos, para dotar de leitos

de UTI, de respiradores etc. Cito o exemplo do Hospital Regional de Rio do Sul, que há mais de 30 dias tem um andar inteiro bloqueado, com leitos já no local, tudo, era um andar que funcionava normalmente, que tem ali rede de oxigênio, de água, tudo, só esperando os aparelhos para poder, ali, ser um ambiente isolado e atender vítimas do coronavírus. Hoje, só temos um em Rio do Sul, mas, assim todos os hospitais da rede filantrópica do Estado foram preparados, porque o Governo disse que iria fazer dessa forma. E é justamente essa falta de transparência que é questionável, porque se mudou, e apareceu sem que ninguém soubesse, ou talvez pouca gente soube, uma licitação para a instalação de um hospital de campanha, que não quero discutir se ele é necessário ou não, isso é o Secretário que tem que dizer, os Secretários dizerem baseado no que, nas perspectivas que vamos ter para frente, se isso é realmente necessário ou não.

Também não me cabe aqui, Secretário, discutir a questão da empresa, eu já fui administrador público, passei por calamidade, e na calamidade temos que procurar parceiros para resolver problemas, então se discute se faz, e depois se faz, então, os editais de dispensa de licitação para ser feito rápido, essas são formas corretas. Então, a minha preocupação nem é discutir a idoneidade da empresa, que pode ser uma boa empresa, pode ter capacidade, o meu objetivo é que nós possamos esclarecer para toda a sociedade catarinense, e aí os Deputados farão os seus questionamentos, livremente, o porquê da mudança de posição do Estado, por que não foi feito aquilo que se programou lá, desde o início, e por que se faz sem o diálogo com os entes, essa contratação dessa forma. E também entender por que a Secretaria de Saúde não fez esse processo licitatório, e, sim, a Defesa Civil, acho que isso tudo são dúvidas que pairam nas cabeças dos Deputados e da sociedade catarinense, que eu espero ver, na tarde de hoje, então, respondido.

A partir desse momento, eu passo a palavra ao Secretário Helton e ao Chefe da Defesa Civil,

coronel João Batista, para que façam a sua introdução, tem os dois juntos, se puderem cumprir um tempo de até dez minutos, para podermos levar a bom termo essa reunião. Muito obrigado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Senhores Deputados, senhoras Deputadas, boa tarde novamente. Com relação ao hospital de campanha, só fazendo um pequeno esclarecimento a respeito do que o Deputado Milton Hobus acabou de colocar, o Governo do Estado não fez, ele não mudou o rumo do seu curso, porque nós tivemos, agora, como já coloquei na data de ontem, foi que nós tivemos a oportunidade ou possibilidade de um hospital de campanha. Permanecem ainda em planejamento do Governo do Estado a ativação 713 leitos de UTI, na rede de filantropia e na rede é própria do estado, para que nós tenhamos disponibilidade de leitos. O que nós temos no momento é justamente a não entrega, ainda, de equipamentos que foram comprados, e uma possibilidade, obviamente, de termos a complementação desses leitos através de um hospital de campanha.

Então, o Governo do Estado não mudou o seu formato de trabalho, nós continuamos ainda trabalhando com ampliação de leitos na rede de filantropia, na rede própria de Estado, vamos buscar, inclusive, se necessário for, na rede privada do Estado, como já foi dito ontem, também, para que nós tenhamos todo esse processo de disponibilidade de leitos ofertados à população catarinense.

Então, da parte da Secretaria da Saúde, o que nós temos a tecer, de comentários iniciais, é este fato, continuamos, ainda, com o planejamento dos leitos a serem instalados nos hospitais filantrópicos, continuamos, ainda, entendendo que a rede de hospitais do Estado de Santa Catarina tem uma capacidade, sim, de absorver uma quantidade significativa de leitos de UTI, mas também é importante destacar que nós temos outra possibilidade que se apresenta, que é através do hospital de campanha, e esse hospital de campanha é no sentido de ampliação da oferta, além daquilo

que já está sendo mencionado para a rede de filantropia e a rede própria do Estado.

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Boa tarde a vossas excelências; cumprimento o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado de Julio Garcia; cumprimento o Presidente da Comissão de Defesa Civil, Deputado Milton Hobus, que já esteve aqui na Defesa Civil, faço a minha referência com relação a isso, vi alguns amigos de bastante tempo, o Deputado Paulo Eccel, a gente trabalhou juntos, em Brusque, quando eu era tenente, comandante de Brusque; o coronel Mocellin, trabalhamos em Itajaí juntos; o meu também comandante Deputado Vicente Caropreso, trabalhamos na (inaudível) juntos; cumprimentando a estes, eu cumprimento a todos os Deputados que estão hoje participando, e as Deputadas, dessa solenidade, dessa audiência de hoje.

Em primeiro lugar, eu gostaria de frisar para quem não me conhece ainda, tive uma experiência profissional em que eu trabalhei no Batalhão de Operações Aéreas, no Corpo de Bombeiros Militar, e lá nós levávamos as equipes de saúde de suporte avançado, com pacientes, para toda a rede hospitalar e para os leitos de UTI, muitas vezes, e a gente conhece a capacidade que o Estado tem com relação a essas redes; depois disso, também trabalhei como gestor do SAMU, comandado pelo deputado Vicente Caropreso, e lá a gente viu mais amiúde essa questão da capacidade, instalada no Estado, dessa rede de Unidades de Terapia Intensiva.

Muitas vezes, nós levamos pacientes em vaga zero, e até mesmo não conseguimos adentrar ao hospital com esses pacientes por não terem vagas, então a gente conhece a estrutura do Estado. Nós, da Defesa Civil, estamos, sim, Deputado Milton Hobus, cumprindo os protocolos, os procedimentos de ações coordenadas existentes na Defesa Civil, e até por isso eu faço agradecimento ao senhor e a todos que já passaram anteriormente aqui na Defesa Civil, por deixarem muitas coisas escritas, e que a gente vai, à medida do tempo, melhorando.

Falando da cronologia das ações do Governo do Estado, mais precisamente com relação à Defesa Civil, as atividades da Defesa Civil com relação a essa crise mundial, essa pandemia, elas já começaram no ano passado, o nosso primeiro documento subscrito sobre esse tema data do dia dezanove de dezembro. Então, a partir dali, nós estamos acompanhando todos os dados mundiais, os dados brasileiros, e Deputado Milton Hobus, agora, na Defesa Civil nós temos um Núcleo de Inteligência Analítica, que faz uma série de estudos e projeções matemáticas, hoje, com todas as incertezas, nós temos que nos ater a dados científicos, então a gente busca esses dados científicos.

Vou apresentar para os senhores alguns dados que levaram a essas decisões do Governo do Estado. Esse é o plano de contingência do Governo do Estado para a Covid-19. Nós temos uma projeção de que, para o mês de julho, vamos ter a necessidade, é uma projeção com bastante incerteza, e o Governo do Estado também, agora, está adotando uma calculadora epidemiológica, mas há necessidade de mais 2.500 leitos de UTI. Então, o Governo do Estado está trabalhando com a Secretaria de Estado da Saúde, nos leitos hospitalares, dentro dos ambientes hospitalares, os leitos de UTI, e a Defesa Civil do Estado, como plano de contingência, como gestão de risco, trabalhando com os leitos de UTI fora do ambiente hospitalar, são duas atividades hercúleas, que eu vejo que a Saúde tem, é um compromisso muito maior, uma dificuldade muito maior, até porque a possibilidade de se fazer aquisição de equipamentos, principalmente os respiradores, nesse momento está bastante difícil.

Então, por isso, essa atividade é hercúlea, e por isso a Defesa Civil do Estado, de uma demanda que veio da Secretaria de Estado da Saúde, foi buscar no mercado, fazer a contratação de hospital de campanha. Nós buscamos diversas referências de preço, de valores, e uma delas foi uma contratação, um pregão que o Exército brasileiro realizou. Nesse pregão do Exército brasileiro, que

não levava em consideração os equipamentos, os equipamentos vão ser fornecidos pelo contratante, tem um valor de referência de quatro mil duzentos e cinquenta reais. Se nós pegarmos o processo que fizemos no Governo do Estado, através da Defesa Civil, e compararmos, tirando os equipamentos, lá no Governo Federal, no Exército brasileiro, não vão ter os equipamentos. Nós temos um valor da proposta vencedora, em Santa Catarina, de três mil e seis reais a unidade de UTI diária, e lá a referência é quatro mil duzentos e cinquenta, então a gente tinha dúvida, quando os senhores, muitos dos senhores começaram a suscitar dúvidas com relação ao processo, é que houve uma disputa judicial entre duas, a empresa vencedora e a empresa segunda colocada, nós realmente ficamos na dúvida também, e fomos buscar informações. Foi citado o hospital de campanha de Goiânia, e ficamos preocupados, dez milhões de reais, como é que o nosso é setenta e seis milhões? Realmente, isso suscitou bastante dúvida, e a gente foi buscar as informações.

Então, as informações que nos chegaram, que lá em Goiânia tem duas contratações, uma é de um termo aditivo, de uma OS que trabalha lá, para que esta OS fizesse o atendimento de uma quantidade maior, de cinco mil pessoas, então esse não teria como comparar; e o outro, aquela questão que o Governo Federal repassou o recurso na ordem de dez milhões de reais para contratação apenas das instalações físicas, a prefeitura lá fez, então, o processo de terraplanagem do terreno, e agora a aquisição dos equipamentos, dos insumos, dos salários das pessoas pelo período que vai ficar lá instalado, isso não estava na conta. Aqui, no projeto do Governo do Estado todo esse custo de pessoal, são quatrocentas e cinquenta pessoas, o custo de dos insumos, os medicamentos a serem utilizados, os materiais de consumo, os EPIs dos profissionais, alimentação dos pacientes, alimentação para as equipes de saúde, coleta de lixo hospitalar, faxina no local, tudo o que é necessário está incluído nesse processo. E a outra questão, também, são os equipamentos, que ao final

vão fazer parte do patrimônio público estadual, podendo ser depois realocados para as unidades, onde for necessário.

Convém frisar também que nesse processo licitatório, que foi esse chamamento público para uma dispensa de licitação, antes de nós o lançarmos, primeiro nós fizemos uma pesquisa de mercado, que ela ficou disponível para todos os outros proponentes, o chamamento público. E antes de a gente lançar, também nós fizemos reuniões com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, com a Controladoria Geral do Estado, com a Secretaria de Estado da Fazenda, com a Secretaria de Estado da Administração, e alguns desses órgãos, cito a Controladoria Geral do Estado, fez uma série de apontamentos, que nós acatamos todos eles, no chamamento público, para que se tivesse a maior lisura nesse processo, transparência, com a celeridade necessária para o momento.

Então, como eu havia falado, não consegui fazer a projeção ali, mostra uma perspectiva de necessidade de dois mil seiscentos e poucos leitos de UTI, entre o mês de junho e julho, e a Secretaria de Estado da Saúde está fazendo todo o esforço para colocar o número máximo de UTIs à disposição da sociedade, dentro dos leitos hospitalares, que vai chegar em torno de mil quinhentos e três, um pouco mais, um pouco menos, esse é o esforço, um esforço, como eu falei, difícil, porque não está conseguindo os equipamentos, e a Defesa Civil, então, através desse Plano de Contingência, está buscando os outros mil leitos de UTI necessários. E convém frisar, também, que para cada leito de UTI, a Defesa Civil está seguindo uma normativa que foi construída pela Secretaria de Estado da Saúde para leitos de UTI e leitos de retaguarda, para cada um leito de UTI, há necessidade de termos três leitos de retaguarda, então nós estamos buscando isso também.

Estamos lançando, essa semana, um registro de preço para os mil leitos necessários, um registro de preço, então, se houver a necessidade, eles vão ser contratados, vai ter uma autorização de

fornecimento, e também para os três mil leitos de retaguarda. Esse primeiro hospital de campanha, que foi definida a localização em Itajaí, e foi feita uma conversa com todos os Prefeitos e Secretários de Saúde AMFRI para definir o local, e também para pedir apoio para aqueles Prefeitos para que a gente consiga, num esforço conjunto, os leitos de retaguarda na região. Então, estamos buscando dessa forma os leitos de retaguarda, lá na região, com o apoio dos Prefeitos.

Desde o dia catorze de março, o Grupo de Ações Coordenadas da Defesa Civil está acionado, e a Defesa Civil está fazendo o seu papel, está cumprindo seu papel nesse processo de gestão dessa crise, cumprindo os protocolos e fazendo o apoio à agência líder que, no caso específico dessa emergência, é a Secretaria de Estado da Saúde, o grupo gestor de crise, composto pelos Secretários de Estado e alguns presidentes de empresas públicas, eles se reúnem quase que diariamente no Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres, e cada um o seu papel, desempenhando as suas atribuições e unindo esforços para que consigamos então superar essa crise.

Nós temos ciência de que essa crise só vai conseguir ser suplantada, esta crise mundial, se tivermos união de esforços, e por isso a gente solicita aos senhores essa união de esforços, para que se consiga...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Secretário, Coronel João Batista, eu acredito que, como nós teremos muitas perguntas, talvez muitas dessas suas falas poderão ser incorporadas nessas perguntas que eventualmente virão. Já deu para entender todo o preâmbulo, para que possamos ser, talvez, mais objetivos, irmos direto para as perguntas, e depois, ao final, se faltar ainda considerações para o senhor fazer, terá todo o tempo para fazer, só para tentamos dar uma dinâmica na reunião e cumprir o nosso objetivo com relação aos horários também.

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Agradeço, é a minha inexperiência nestas ações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Está indo muito bem, e gostaria de aproveitar para saudar todos os colegas bravos da Defesa Civil, com quem eu tive a grata felicidade de conviver durante um bom período que lá passei, que é realmente um pessoal muito dedicado.

Quero passar a palavra, de início, à Liderança do MDB, Deputado Luiz Fernando Vampiro, ou a quem determinar, para que faça então a primeira pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Muito obrigado, senhor Presidente da Comissão de Defesa Civil, aos Secretários de Estado.

Presidente, gostaria de passar palavra à Deputada Ada, que tem interesse em fazer uma pergunta, num primeiro momento, e depois se assim outro colega desejar. Obrigado, senhor Presidente.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Boa tarde a todos, boa tarde Secretário. A minha pergunta não é uma pergunta, é uma constatação ao Secretário da Saúde, porque era para ter feito ontem, mas o Presidente da Comissão me cortou. É uma experiência, Secretário, que eu passei dois anos e meio atrás, quando corri várias UTIs para internar o meu falecido Walmor, que estava com crise pulmonar. Em qualquer rede, nem particular, nada, não tinha uma vaga. Resultado, ficamos dois dias, ele sentado numa poltrona horrorosa, eu ao lado dele, num banco, para aguardar uma internação.

Aí vem aquilo na minha cabeça, como mãe, como avó, como todos são aí, responsáveis, se naquela época, dois anos e meio atrás, eu passei por esse suplício, porque foi um calvário, calvário de dois dias, mas foi. Aí eu queria perguntar ao Secretário da Saúde o seguinte, como é que está hoje, porque naquela época, dois anos e meio atrás, ele morreu tem nove meses, ele morreu em casa com o mesmo problema, em sete minutos, que não deu para socorrer. Então, quero perguntar ao secretário, se naquela época estava assim, como está hoje? Obrigada.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Passo a palavra ao Deputado Fernando Krelling.

O SR. DEPUTADO FERNANDO KRELLING - Boa tarde a todos. Serei muito rápido. Secretário Helton, o senhor deu uma entrevista para o jornal NSC Total - A Notícia, e dizia o seguinte, que a liberação dos espaços, principalmente para prática de atividade física e exercício físico, a partir desse momento que tiver uma liberação para esses espaços, isso pode ser um atrativo para a população ir para as ruas e não ficar em casa. Eu acho que é uma visão, perdão da palavra, Secretário, muito limitada, porque se nós interpretarmos dessa forma, o supermercado, um banco, uma lotérica, todos eles são atrativos também, assim como uma loja qualquer, que a pessoa sai de casa para comprar. Então, eu estou sofrendo uma pressão muito grande do segmento, da área, de vinte cinco mil profissionais, que não conseguem entender como uma atividade essencial e fundamental para promoção e prevenção da saúde pode se tornar apenas um atrativo para as pessoas saírem de casa. Apenas para a gente reconsiderar isso, e para o segmento da Educação Física entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Tem mais alguma pergunta, vamos fazer de forma objetiva, as perguntas.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Presidente, eu gostaria de saber, na verdade, ventilou-se, ontem, acerca da participação, ou da amizade ou algo nesse sentido, do Secretário da Casa Civil, Douglas Borba, com Hospital Gandhi, com essa fundação hospitalar, enfim, só para saber do Secretário da Defesa Civil se ele conhecia essa empresa, de que forma foi essa contratação, e se deu-se alguma coisa através de indicações. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Deputado Sargento Lima, do PSL.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - A dinâmica é, ele responde a do MDB e posteriormente a minha, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Como ontem, deputado Sargento Lima, três partidos

fazem perguntas e ele responde aos três. Bloco de três partidos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Boa tarde Senhores Secretários, meus Pares deputados! Senhor Secretário, eu tenho aqui, em minhas mãos, o resultado de cotação de preços do Edital de Cotação de Preços n. 001/2020, e o processo da Secretaria da Defesa Civil, n. 1.262/2020. Primeiramente, dizer o que dá peso a esse documento, seria o item 3 - 3.1, que diz que adquirir pelo critério de menor preço global, conforme edital. O senhor fez menção a uma das empresas que perderam, que não foi contemplada na licitação, e ela mandou o valor de noventa e um milhões, oitocentos e vinte mil reais, essa seria aquela que não foi contemplada. Em primeiro lugar ficou, lógico, o Hospital Psiquiátrico Espírita Mahatma Gandhi, e em segundo lugar o Instituto Nacional de Ciência e Saúde, CNPJ número zero nove, dois meia oito, vinte um, cinco, barra zero, zero, zero, um, meia dois. Tem uma diferença do preço dessas duas últimas empresas, que apresentaram esse valor, uma no valor de setenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e três reais, e cinquenta e oito centavos, essa foi a contemplada,

Vamos para o valor da segunda colocada - setenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e três reais, e sessenta centavos. A minha primeira pergunta, se não lhe chamou atenção, senhor Secretário, a diferença entre o primeiro e o segundo lugar, sendo apenas de dois centavos entre uma empresa e outra. Essa foi uma coisa que me chamou muito a atenção, quando olhei esse edital aqui, a diferença de apenas dois centavos entre o primeiro e o segundo lugar, essa seria minha primeira pergunta.

A segunda pergunta, senhor, é que acontece que aquela que foi contemplada, o Hospital Mahatma Gandhi, acontece que no edital está especificado que, além dos setenta e quatro milhões de reais, são apenas o valor inicial de investimento, que para investimento e custeio, sendo além disso, o

contrato prevê um pagamento de nove vírgula oitenta e dois milhões mensais, que pode ser minorado, segundo o contrato, caso haja agregado materiais de insumos provenientes de doações, empréstimos etc. Caso, se houver algum tipo de (inaudível), ainda pode ser majorado esse valor de nove milhões e oitenta e dois mil/mês, durante os próximos seis meses. A minha primeira pergunta, se não lhe causou estranheza a diferença entre um preço, entre uma empresa e outra, de apenas dois centavos, contemplando o primeiro lugar com cinquenta e oito centavos, com dois centavos mais barato que a outra, uma diferença apenas de dois para a segunda. Gostaria que o senhor explicasse esse valor de nove milhões e oitenta e dois mil reais, nesses seis meses, caso não seja agregado materiais de insumos provenientes de doações, empréstimos, locações e/ou aquisição pelo Governo. Seriam essas as minhas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado, Deputado Sargento Lima.

O sr. Deputado Jessé Lopes - Eu não poderia complementar, já que sou do partido do Deputado Sargento Lima?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Pode fazer de forma rápida, nós combinamos um tempo de três minutos e o Líder sempre repassa, se tiver mais alguém para fazer pergunta, então tem essa dinâmica para não haver interferência. Sempre o Líder coordena quem fará a pergunta.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Agradeço a compreensão, presidente.

O SR. DEPUTADO JESSÉ LOPES - Vemos que o Ministro da Saúde, o Mandetta, está em busca do pico, ele disse que o pico era em abril, depois em maio, junho, e vai jogando para frente, esse pico nunca vem. Nós estamos, já, dentro do que seria o pico. Eu fiz uma pesquisa aqui, nos hospitais do sul, de Florianópolis para baixo, e todos os hospitais estão com atendimentos aquém da sua capacidade, todos estão matando moscas, porque não entra ninguém para ser atendido. Então, fica aqui a dúvida se realmente seria necessário fazer mais um hospital de campanha, senão apenas estruturar

esses que já tem, essa seria a primeira dúvida, inclusive alguém já perguntou alguma coisa nesse sentido também.

Então seria isso o mais importante, por que um contrato de seis meses, por que dar a certeza absoluta de que nós estaremos com uma demanda de atendimento e de acometimentos por seis meses, vai passar o inverno, sendo que, se hoje estivesse instalado, estaria sendo pouco utilizado, na minha opinião. Por que não fizeram, de repente, dois meses, depois podendo ampliar por mais dois meses, e mais dois meses, ou um contrato de três meses e depois mais três meses, se precisasse, assim poderia até fazer uma certa economia, caso não precisasse mais a utilização do hospital de campanha, tendo em vista que nós temos hospitais regionais com capacidade, ainda, de atendimento. Então, são essas as minhas dúvidas e obrigado por abrir se esse espaço para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Muito obrigado, deputado Jessé, passamos agora ao PSD. Deputado Kennedy, quem faz pergunta?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Senhor Presidente, boa tarde! Eu vou passar à Deputada Marlene e Deputado Ismael, que vão fazer uso desses três minutos, e eu falo ao final, como membro da Comissão de Defesa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado, com a palavra a sra. Deputada Marlene Fengler.

A SRA. DEPUTADA MARLENE FENGLER - Boa tarde aos dois Secretários. Eu tenho duas perguntas e a primeira delas é por que foi escolhido Itajaí. O Secretário da Defesa Civil fez uma referência antes, mas eu não entendi direito, por que foi escolhido Itajaí e não a Grande Florianópolis ou Joinville, que tem uma população muito maior do que Itajaí. E as demandas para UTIs, as pessoas que vão precisar dessas UTIs terão que ser deslocadas, de outros locais, por exemplo, de Chapecó, se não tiver espaço lá, essas pessoas vão ter que vir até Itajaí? Eu queria entender um pouco melhor isso, porque tem sido uma demanda grande, também, das pessoas, especialmente lá do

oeste. E a outra pergunta, se cem leitos estão custando setenta e seis milhões, e a gente precisa de mais pelo menos mil para chegar naquele valor de dois mil e seiscentos, mais ou menos, isso custará em torno de setecentos e sessenta milhões a mais para conseguir esses mil leitos que faltam. Não ficaria muito mais barato estruturar os hospitais da rede, tanto da rede própria, pública, quanto dos privados, que já têm a estrutura, que muitos casos já têm as equipes técnicas, em muitos casos têm parte dos equipamentos, precisaria só mais alguma coisa. Eu queria saber se existe um estudo com relação a isso, que eu, na minha, eu sou leiga obviamente, mas eu imagino que seria muitíssimo mais barato se fizesse dessa forma, além do que esses equipamentos e estas estruturas seriam permanentes, permaneceriam grande parte delas, pelo menos, nos hospitais, e poderiam atender depois de passar essa epidemia, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado, deputada Marlene. Concedo a palavra ao deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Boa tarde, Presidente, boa tarde senhor Secretário.

São três breves considerações, embora já tenha ouvido algumas explicações, eu pergunto basicamente ao senhor Secretário da Defesa Civil, qual o motivo da não contratação da segunda colocada na licitação, visto que, pelo que eu pude perceber, o valor foi inferior ao da empresa vencedora, essa é uma indagação que está no ar. Também foi colocado pelo Secretário de que, efetivamente, os equipamentos adquiridos para montagem no hospital de campanha serão incorporados ao acervo patrimonial do Estado após o enfrentamento da pandemia. Mas, eu, pelo menos olhando os documentos, não encontrei isso. Queria saber em qual documento isso está previsto. E, por fim, se existe algum plano do Governo, como a Deputada Marlene acabou de colocar, se existe algum plano de Governo para instalar hospitais de campanha nas demais regiões do estado de Santa Catarina. Era isso, senhor Presidente, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Muito obrigado, passamos agora à primeira rodada de respostas. O coronel João Batista e o Secretário Helton ficam à vontade para responder.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Senhores, eu tive algumas perguntas que foram direcionadas à Secretaria de Estado, vamos passar a relatar as informações.

A Deputada Ada, na época que a senhora procurou leito de UTI para eu esposo, certamente nós estávamos realmente num momento de necessidade de leitos de UTI, isso é uma verdade, isso é algo que diariamente nós temos, a necessidade de enfrentamento de demandas para leitos de UTI, no Estado, motivo pelo qual, justamente no início do enfrentamento da Covid-19, nós bloqueamos a realização de cirurgias eletivas no Estado, com isso nós já temos a disponibilidade de mais leitos, que muitos deles precisam ser retaguarda para procedimentos cirúrgicos que são realizados. Também efetuamos o bloqueio de dez por cento da capacidade instalada de leitos de UTI de todo os hospitais, o que fez, de pronto, cerca de setenta leitos de UTI reservados para a Covid-19, além do que, desde o início da crise, nós já disponibilizamos, como foi comentado ontem, duzentos e cinquenta e sete leitos novos de UTI, nas unidades hospitalares. Então, acreditamos que nesse momento, deputada, nós temos sim uma capacidade operacional dentro do Estado, de disponibilidade de leitos, e como o próprio Deputado Jessé Lopes acabou de colocar, nos termos em alguns leitos que estão disponíveis, hoje, dentro da rede pública e da rede de filantropia do Estado, justamente para que nós tenhamos essa capacidade de resposta àquilo que precisamos.

Com relação à pergunta do deputado Fernando Krelling, lá de Joinville, os educadores físicos, nós estamos em um momento agora de análise das propostas da categoria para avaliar, eles já fizeram algumas proposições para que possamos analisar através do Centro de Operações de Emergência e Saúde, obviamente as possibilidades que eles apresentaram, e acreditamos que em breve

teremos uma posição a apresentar para toda categoria. E de minha parte, acredito que as perguntas que foram direcionadas à Secretaria de Estado da Saúde foram estas, mas se restar mais alguma dúvida, nós estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Passo a palavra ao Coronel João Batista.

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - As perguntas que eu anotei, que devem ser respondidas pela Defesa Civil, uma do deputado Fernando Vampiro, sobre a questão, se eu já conhecia a empresa Mahatma Gandhi, se houve alguma indicação política. E foi citado o nome do Secretário Douglas Borba. Eu não conhecia essa empresa, conheci agora, não houve nenhuma indicação política, não houve nenhum contato do Secretário Douglas Borba com relação a esse processo, em nenhum momento ele trabalhou nesse processo, e não passou pela Casa Civil também. Outra pergunta, agora do Deputado Sargento Lima, também foi do Deputado Ismael, se causou estranheza a questão da empresa, a questão do menor preço global. Vou explicar o que aconteceu ali, nesse processo.

Esse preço da empresa, nós tivemos que avaliar e fazer um somatório, porque a empresa entregou uma proposta em que ela não colocou o preço global da proposta para concorrer dessa forma, ela não colocou inclusive as especificações técnicas. Essa segunda empresa, que depois inclusive entrou com mandado de segurança, e a Desembargadora Vera determinou que a Defesa Civil fizesse uma reanálise das propostas, essa segunda empresa não colocou as especificações técnicas, botou só o custo de equipamentos, o custo de insumos, uma proposta muito vaga, era só uma planilha de uma folha, não colocou os projetos, tudo o que foi solicitado no edital, as especificações, os quantitativos, nenhum deles foi colocado. Então, nessa reanálise, nós entendemos que o valor daquela proposta realmente era dois centavos maior, nós pegamos e fizemos o somatório de todos os itens, excluindo o item investimento, e somamos com o item investimento, e o valor deu aquele. Mas

como a Justiça pegou e determinou nós fizéssemos a reanálise, e até mesmo pelo próprio princípio da autotutela, o Governo, o ente público, ele pode reavaliar suas decisões, nós desclassificamos essa empresa, porque não tinham todos os subsídios necessários para que a administração pública pudesse ter a segurança da contratação de um serviço, sem saber a quantidade de profissionais que ia colocar, a quantidade e quais os equipamentos que iriam colocar, a quantidade de insumos, o projeto para execução do hospital de campanha, enfim, todos os detalhes que o edital exigiu. Então, nessa segunda análise, nós desclassificamos essa empresa por conta disso.

Do Deputado Ismael e do Deputado Sargento Lima, eu imagino que seja isso. Com relação ao Deputado Jessé, se seria mais lógico investir nos hospitais da rede pública, dos hospitais próprios do Estado, investir primeiro nisso. Vou ver se consigo, agora, colocar aqueles dados que eu tinha falado. Aqui nós temos uma planilha, que ele está no plano de contingência do Estado, com base em dados científicos, que nós temos aqui uma projeção da necessidade de leitos, e nós temos então, isso aqui é um somatório, a necessidade apontada, e essas projeções estamos acompanhando, e elas estão se concretizando, de dois mil seiscentos e cinquenta e nove leitos, então, até o final de junho, e aqui no Vale do Itajaí, nós temos a necessidade apontada de duzentos e sessenta e três, então a Defesa Civil, no plano de contingência, por solicitação da Secretaria de Estado da Saúde, e determinação do Governo do Estado, está buscando os cem leitos. E convém salientar, também, que quando nós fazemos um contrato, ou se a gente já tiver um contrato, e a gente assina a autorização de fornecimento, há um *delay* de trinta dias para que essa estrutura seja montada. Então, temos que sempre estar trabalhando com essas projeções e com muita responsabilidade, porque tem todo esse *delay* grande aí. Então, por isso que a Secretaria de Estado da Saúde está buscando os mil e quinhentos e poucos leitos, e a Defesa Civil os mil e cem leitos de UTI.

Eu creio que as perguntas endereçadas à Defesa Civil, elas foram esgotadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Secretário, a pergunta do Deputado Sargento Lima não foi respondida. O Deputado poderia repetir.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Só reforçando, mesmo, ainda tem esse acréscimo de nove milhões e oitenta e dois mil reais, que podem ainda transcorrer, mensais, valor que pode ser minorado, segundo o contrato, haja agregado (inaudível) e insumos que sejam provenientes de doações. (Inaudível) pode elevar o custo a cento e trinta e cinco milhões no final de seis meses.

O Tribunal de Contas do Estado já negou a afirmação do Governo de ter participado, de ter passado pela Corte desse Tribunal a participação da celebração desse contrato, isso é um fato. Então, gostaria que a minha pergunta fosse respondida, dos nove ponto oitenta e dois milhões de reais, que pode ser minorado em relação, ainda, nos próximos seis meses.

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Esta questão não está expressa no contrato dessa forma, nós temos no contrato o valor total, o preço global da proposta é setenta e seis milhões, podem setenta e sete milhões, e ele é o somatório dos investimentos, o valor é dezoito milhões e dez, mais o custeio, que vai ser dividido em pagamentos mensais. Então, o Governo do Estado vai pagar primeiro o investimento, só depois que tiver sido feito o investimento, e depois mensalmente essa questão do custeio. E não existe esse número de cento e trinta e cinco milhões nesse somatório, são dezoito milhões mais o custeio, que dá nove milhões e oitocentos e pouco por mês. Então, isso não procede.

Com relação à participação do Tribunal de Contas do Estado, nós fizemos sim uma reunião anterior ao lançamento do processo, eu tenho o nome da pessoa que participou, já vou passar, e ele não foi levado a avaliação do Tribunal de Contas do Estado, nós fizemos uma indagação prévia, antes de fazer o lançamento, e alguns dos

entes fizeram apontamentos, dentre eles o Ministério Público e a Controladoria Geral do Estado, todos eles foram acatados.

O SR. DEPUTADO JESSÉ LOPES - A minha pergunta é importante e acho que não foi apontada.

Na realidade não foi uma pergunta, mas uma constatação que eu fiz, que os hospitais, de Florianópolis para cá, estão aquém do seu atendimento, tem lugares que não têm ninguém e têm capacidade de atender pessoas, isso foi uma constatação, então isso está sendo calculado nos leitos que precisam ser construídos ou efetivados daqui para frente, e perguntei também se é possível rever (inaudível), se não pensaram, num contrato que hoje é de seis meses, que vai atender independente da demanda, vai ser pago esse valor, porque não pensaram em algo como um contrato de dois meses, podendo se estender para mais dois, depois para mais dois, se necessário, ou de três meses e depois estender para mais três meses, se for necessário. Por que contratar algo que não se sabe se vai ser necessário utilizar tudo isso, esta é a minha pergunta, se vocês pensaram nisso, e se é possível ainda reverter e mudar para uma situação como essa que eu acabei de sugerir. Obrigado.

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Isso está previsto no contrato, se houver a necessidade de encerramento, da disponibilização dos recursos, a qualquer momento, se o Estado avaliar que não houve a necessidade de continuar os serviços, isso aí está previsto, e a própria legislação, hoje, que ampara esses contratos, nesse momento, ela coloca também uma possibilidade, não de vinte cinco por cento, mas de cinquenta por cento, ou de supressão ou de acréscimo de tempo, de quantidades nos processos, através de aditivo. Então, está previsto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - A deputada também não se sentiu respondida, Secretário João Batista. Deputada Marlene, quer relembrar rapidamente.

A SRA. DEPUTADA MARLENE FENGLER - Sim, por que Itajaí primeiro, por que foi escolhido Itajaí,

e não Grande Florianópolis, São José, Florianópolis, enfim, ou Joinville, são cidades que têm uma população maior, e aqui conurbada, e se essas pessoas, se esse espaço vai atender a demanda do Estado inteiro, que vai precisar, vão ter que fazer deslocamento dessas pessoas, e a outra questão é, se cem leitos custaram setenta e seis milhões, ou vão custar setenta e seis milhões, os outros mil que são necessários, ainda, vão custar em torno de setecentos e sessenta milhões. Não seria melhor estruturar a rede própria e a rede privada, para que depois essa estrutura ficasse já nas regiões, e aí tivesse uma capilaridade maior para poder atender à demanda, e ficaria muito mais barato, porque a maior parte dos hospitais já têm equipes, já têm estrutura, e certamente baratearia esse valor.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Só para completar, Presidente, ficou em dúvida qual é o documento, efetivamente, que reza onde esse patrimônio, que será investido, ficará para acervo do Estado, não encontrei isso, e se existe algum plano do Governo para instalar hospitais de campanha em outras regiões.

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Com relação à questão da localização do hospital em Itajaí, essa é uma demanda que a Secretaria de Estado da Saúde que repassa as regiões, daí eu peço ao coronel que me ajude nesta resposta. Com relação, assim, se os primeiros cem leitos são setenta e seis milhões, os outros com certeza, a gente vai fazer um processo licitatório, o valor vai ser muito vultoso, mas se nós olharmos o que está acontecendo ao nosso redor, no mundo, nós estamos agora numa crise muito severa, e que esses investimentos são necessários, nós estamos buscando solução, esses primeiros cem leitos foram investidos com recursos próprios do Estado, o Estado está, também, buscando financiamento para demais leitos, nós estamos solicitando a união de esforços, inclusive, dos senhores, para buscar essas soluções. O que a Defesa Civil do Estado agora está fazendo, é concretizando, então, o

registro de preço para que tenhamos essa possibilidade jurídica. Claro que vamos ter que buscar os recursos financeiros para se conseguir isso. Então, assim, se houver a necessidade de implantação nas outras regiões, a Secretaria de Estado da Saúde vai demandar a Defesa Civil, que já tem esse contrato, para essa finalidade. Não sei se a resposta está a contento.

O SR. SECRETARIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Deputada Marlene, não sei se a resposta está a contento, com relação à localização, que a senhora havia questionado, hoje a macrorregional da Fóz do Rio Itajaí, é a macrorregional onde nós temos a menor disponibilidade de leitos de UTI, neste momento, motivo pelo qual, dentre as macros, é aquela que nós temos a indicação de instalação de maior volume de leitos nesse momento, e com relação à instalação de leitos em unidades hospitalares já devidamente edificadas, a senhora tem razão, é muito mais interessante nós instalarmos esses leitos dentro de unidades que já estão montadas, justamente porque nós temos equipe, já temos a estrutura, rede de gás, a parte de nutrição, enfim, está tudo montado, e nós estamos trabalhando também nesta frente para que tenhamos... O nosso planejamento é que a maior quantidade possível de leitos a serem disponibilizados, que eles, sim, dentro de hospitais, montados, sejam eles da rede própria do Estado, ou sejam eles da rede filantrópica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Temos ainda muitas perguntas pela frente, e talvez uma vai respondendo a outra, e no final nós podemos ainda arrematar. Passamos, então, ao segundo bloco de perguntas, iniciando pelo Partido dos Trabalhadores, com o Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO FABIANO DA LUZ - Pelo Partido dos Trabalhadores, cumprimentando a todos, quem fará as perguntas é o deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Boa tarde, Deputado Milton Hobus; demais colegas Deputados, Deputadas; cumprimento o Secretário doutor Helton; quero cumprimentar também coronel João Batista e

retribuir a gentileza, de fato prestar aqui um testemunho, no tempo que eu o conheci, quando comandante do Batalhão da Polícia do Corpo de Bombeiros do município de Brusque, sempre tivemos um relacionamento muito estreito, e o coronel sempre foi um profissional competente, dedicado, envolvido nas causas comunitárias. Então, é um prazer revê-lo aqui, neste instante.

Eu tenho um conjunto de questionamentos trazidos pelos meus colegas Deputados e a Deputada Luciane, da nossa bancada. Gostaria de perguntar para ambos, ontem já foi feita essa pergunta pelo nosso Líder Deputado Fabiano, mas eu gostaria de reforçar no dia de hoje. Eu não estou conseguindo detectar, por parte do Governo, nem ontem nem hoje, qual é a base teórica, qual é o respaldo científico para as decisões que estão sendo tomadas pelo Governo, nesse momento.

O coronel João Batista iniciou, apresentando um documento, mostrando a foto de um documento, onde ali está o plano de contingências, enfim, o plano de ação do Governo para esse período. Mas com base no quê, qual é o respaldo científico, dentro desses números, qual é a expectativa de evolução dessa pandemia aqui em Santa Catarina, quais as perspectivas que nós temos para as próximas semanas. Estamos vendo diariamente as *lives* do Governador, mas as decisões são fundamentadas no quê, qual o conteúdo teórico. O Governo tem algum dado que está escondendo de Santa Catarina, tem alguma carta na manga, tem alguma informação científica que não está apresentando para a gente. Esse é o conteúdo da primeira pergunta.

A segunda pergunta, ontem, o doutor Helton mencionou, e eu anotei, que eram duzentos e cinquenta e sete leitos novos de UTI, e o objetivo era chegar até setecentos e treze leitos, mais os cem leitos do hospital de campanha, e ainda poderiam ser contratados leitos privados, deixou em aberto. Daí eu peguei a minha calculadora e fui fazer uma conta, o coronel João Batista falou em dois mil e seiscentos leitos de UTI, que serão necessários entre junho e julho; dois mil e

seiscentos, menos oitocentos e treze leitos, faltariam por esse cálculo mil setecentos e oitenta e sete leitos até o mês de junho ou julho. Então, isso reforça a minha primeira pergunta, qual a base teórica de onde esses números estão saindo, isso é fundamental que seja apresentado para Santa Catarina, especialmente aqui para a Assembleia Legislativa, enfim, que sejam divulgadas essas questões.

Outra pergunta, agora, vindo da deputada Luciane Carminatti, uma delas já foi respondida, ela perguntaria qual o valor dos equipamentos que ficarão para o Estado, após a pandemia, e o coronel João Batista já falou que será de dezoito milhões de reais. A pergunta também, Deputada Luciane, quem decidiu, de onde partiu a ordem da necessidade do hospital de campanha em Itajaí. A decisão faz parte de uma estratégia, mas de onde saiu essa decisão. O Deputado titular do mandato que eu ocupo, neste momento, o deputado padre Pedro, também faz aqui uma pergunta no seguinte sentido, não seria mais barato para o estado ocupar estruturas existentes, e fazer contratação emergencial de profissionais, como esse próprio hospital está fazendo. Ontem, aqui na nossa região, nas redes sociais, o que mais circulava eram os editais de convocação, para contratação, por parte desse hospital, de profissionais para atuarem, ou seja, profissionais que eventualmente estão disponíveis no mercado. O Estado não poderia fazer isso, ocupando estruturas públicas, eventualmente estruturas privadas, estruturas comunitárias cedidas, isso não seria eventualmente mais barato. Então, esse é o conjunto de perguntas, deputado Milton, mas assim, eu gostaria muito de ter essa informação com bastante clareza, a respeito da base científica de todas essas decisões que estão sendo tomadas no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Com a palavra, o Deputado Ivan Naatz, pelo PL.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Boa tarde, Secretário João Batista; boa tarde Secretário Helton Zaferino; senhores Deputados da bancada do PL. Eu queria me concentrar especificamente na

licitação que está movimentando todo o processo político catarinense, e queria já iniciar fazendo uma correção ao secretário João Batista, que disse que a empresa, o Instituto Nacional de Ciências da Saúde, apresentou apenas uma folha.

Queria mostrar para o Secretário Helton, aqui a licitação, o processo de licitação, queria mostrar para o Secretário Helton que o Instituto não apresentou só uma folha, apresentou todos os documentos, as planilhas, os dados, o cálculo, tudo o que foi solicitado para o Instituto foi apresentado. O que não foi apresentado, Secretário João Batista, foi simplesmente uma planilha que o Tribunal de Contas da União, o Supremo Tribunal Federal já afirmou que poderia, é permitido, a bem da licitação, da boa prática do serviço público, a intimação da empresa para juntar um documento que falta. Então, em vinte quatro horas, o Governo abriu a licitação, e o Governo encerrou a licitação e escolheu a empresa. Vinte quatro horas, isso durante a epidemia e durante a semana de Páscoa.

Eu pergunto, por que o senhor não intimou a empresa que apresentou o menor preço, ou seja, dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte quatro reais, e sessenta e seis centavos mais barato. Eu vou repetir, a empresa que foi desclassificada apresentou um custo menor, de dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte quatro reais. Por que o senhor não atendeu à determinação do Tribunal de Contas, as orientações da jurisprudência, no sentido de intimar a empresa para corrigir, já que vocês escolheram a empresa em vinte quatro horas, essa é minha primeira pergunta.

A segunda pergunta é que o senhor, o Governador tem falado na imprensa que participou, que o Tribunal de Contas participou da elaboração do edital, que o Ministério Público participou do edital. O Ministério Público acaba de soltar uma nota, dizendo que não participou de nada, e o Tribunal de Contas acaba de soltar o parecer, aqui para o senhor dar uma olhadinha, publicado agora, há pouco, hoje, às treze horas. O Tribunal de

Contas de Santa Catarina acaba de editar um parecer que recomenda a suspensão dessa licitação que senhor fez em vinte e quatro horas.

Mas vou, então, à segunda pergunta, por que o senhor fez a licitação em vinte quatro horas, qual é a urgência que levou o senhor a fazer essa licitação em vinte quatro horas. Eu também queria perguntar por que o Governador do Estado de Santa Catarina participou dessa licitação. Por que o Governador participou desse processo licitatório, se Governador não participa da licitação; por que o Governador colocou a sua assinatura no processo licitatório, se ele não participa de licitação nenhuma?! O que levou o Governador do Estado a firmar a sua assinatura na licitação? Então, o Governador participou diretamente desse processo? Se não participou, por que ele assinou o documento? E por que o Governador assinou o documento e por que ele participou da licitação.

Segundo, é a terceira pergunta, Secretário João Batista, o senhor disse que a Casa Civil não participou dessa licitação, que não teve participação da Casa Civil nesta solicitação, então o senhor tem a chave do cofre e a maleta do dinheiro? O senhor tem a chave do cofre e a maleta do dinheiro? O senhor entrega a chave do cofre e a maleta do dinheiro para quem quer, a Casa Civil não participa de uma licitação de vinte quatro horas, de setenta e sete milhões de reais? Então, a Casa Civil não participa da licitação, então o senhor tem o cheque e a chave do cofre.

Como o senhor disse que a Casa Civil não participou da licitação, mas o Governador assinou, aqui, o documento. Como é que o senhor justifica que a Casa Civil não participou, (inaudível) a assinatura, com um valor milionário desse, e uma urgência dessa magnitude, de vinte quatro horas.

Para encerrar, senhor Presidente e coordenador, Deputado Milton Hobus, eu queria compartilhar com os Colegas, aqui, o que disse agora há pouco o Tribunal de Contas de Santa Catarina, no item três ponto um, um. Diz o Tribunal, não obstante, é possível fazer as seguintes considerações a respeito da proposta

apresentada pelo Hospital Psiquiátrico Mahatma Gandhi, consagrada vencedora, ele faz diversas observações de que a empresa não atendeu parte do edital; o Tribunal de Contas está dizendo que a empresa que os senhores escolheram como vencedora não atendeu parte do edital. Então, eu quero saber por que o senhor desqualificou a segunda empresa, porque ela não atendeu parte do edital, e habilitou a primeira empresa, tendo ela também deixado de atender parte do edital. Eu teria muitas perguntas, muitas, mas os meus colegas Deputados também vão completar. Essas são as minhas três perguntas e eu gostaria que o senhor fosse claro, que fosse direto, que não fizesse como o Secretário Helton Zeferino, que dá muita volta e pouca resposta.

Eu queria perguntar aos meus colegas Deputados Maurício Eskudlark, Deputado Berlanda e Deputado Marcius Machado se pretendem fazer uso da palavra. Se vossa excelência autorizar, eu gostaria que eles também participassem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Deputado Ivan, para a gente seguir corretamente, porque o tempo correto para cada partido são três minutos, então assim como os deputados da comissão de Defesa Civil, os demais deputados do PL, em função das três perguntas que vossa excelência fez, e o tempo que foi usado, ficam para depois também, havendo tempo para mais perguntas, pode ser assim? Para conseguirmos ouvir, senão não vamos conseguir ouvir todos.

Passo a palavra ao PP, deputado João Amin.

É o Deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Agradeço ao Deputado José Milton Scheffer e ao nosso Líder, Deputado João Amin, que nos delegaram para fazer a pergunta em nome dos Progressistas. A pergunta ao Secretário aqui presente, primeiro, porque foi escolhido um local, conhecidamente público, um local de festas, o local Marejada, lá em Itajaí, para instalar o hospital de campanha, haja vista que uma das primeiras necessidades é em relação à sanidade, a biossegurança, será que é o local correto, quem avaliou isso? Segundo, esse hospital

de campanha para cem leitos de UTI, ele vai ... são leitos de UTI, então este hospital vai só receber pessoas transferidas imediatamente para a UTI, como isso será feito? Será que tem um intercâmbio entre este hospital de campanha, ou ele é um hospital concorrente aos demais hospitais.

Segundo, eu estive hoje, buscando informação junto ao Hospital Regional de Chapecó, a cidade que eu resido, a minha cidade, e pude constatar que o hospital tem condições de viabilizar setenta e um leitos de UTI, veja bem, é um número expressivo, ajustando a ala antiga do hospital, com ala nova, isso que o hospital, a média do custo de UTI dos hospitais em Santa Catarina, a média, é mil e seiscentos reais, das fundações hospitalares. O hospital regional de Chapecó tem a menor média, mil cento e vinte três reais, o custo da diária de UTI. Pergunto, por que contratar um hospital, que só vai ter UTI, e um custo médio, de cada UTI, superior a quatro mil reais.

Essas são as três perguntas, e a quarta pergunta, se o Estado realmente tem um planejamento de fazer esses hospitais de campanha por todas as regiões do estado, porque não lançou um edital conjunto para que as obras realmente acontecessem. Lançam o primeiro em Itajaí, deixam as outras regiões aflitas, porque não sabem quando haverá investimento. Por exemplo, o Hospital Regional de São Miguel do Oeste tem apenas dez UTIs em funcionamento, as dez estão ocupadas, e foi prometido dez novas UTIs, e não chegou nenhum equipamento da Secretaria da Saúde nesse sentido.

Portanto, fica essa dúvida, essa linha de ação, e se forem feitos todos esses da campanha, se um custa setenta e seis milhões, logo, quase setenta e sete milhões, cinco custarão trezentos e oitenta e cinco milhões de reais. Ora, se estamos vivendo uma crise com o coronavírus, com a pandemia, a queda na receita, a queda do movimento econômico, como vai ter esse recurso para investir nestes hospitais de campanha. Não seria melhor economizar e investir nas estruturas já existentes para que sejam de atendimento permanente, e que

fosse perene, que fosse distribuída em nível de Estado, estas são as nossas perguntas para que os dois Secretários respondam. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado deputado Altair Silva. Passamos à segunda rodada de respostas, com a palavra os Secretários.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Vamos, senhores e senhoras, responder ao deputado Paulo Eccel, que fez o seu questionamento voltado para a questão de como estamos fazendo as projeções do Estado. As projeções do Estado, elas são trabalhadas hoje, nós estamos trabalhando dentro do Estado, é um estudo feito pelo Instituto "Imperial College", um estudo que já foi amplamente difundido no meio acadêmico, esse estudo nos dá algumas análises de quadros, a partir do momento que nós temos determinadas quantidades de óbitos, registrados dentro do território, para que a gente possa começar a analisar tem que ter um número mínimo, o qual nós estivemos na última semana. Além disso, nós estamos trabalhando também com uma calculadora epidêmica, enquanto Secretaria de Estado da Saúde, estamos validando duas calculadoras epidêmicas, e o próprio Ministério da Saúde nos apresentou mais duas calculadoras, e obviamente nós estamos agora alinhado qual o Ministério realmente recomenda que seja utilizada, pois existem diferenças de resultados entre as duas, e obviamente Deputado, que quando se fala em números, nós, enquanto Estado, não estamos escondendo de forma alguma nenhuma informação da população.

O que existe, isso é fato, nós não tivemos nenhuma população, ou nenhum território, seja nacional ou seja ele internacional, onde as estruturas de Governo apresentaram especificamente, exatamente aquilo que está projetado. Nós temos um cenário que ele é muito dinâmico, esse cenário que a dinâmico, ele prospecta, que dependendo de algumas ações que são adotadas, ou como por exemplo a questão da redução do convívio social, nós temos determinados resultados dentro das calculadoras, dependendo da evolução que nós temos esses pacientes dentro de

unidades de terapia intensiva, ou da própria, leitos de enfermagem, nós temos outros resultados, enfim, tudo isso é colocado dentro desse processo de prospecção de cenário, e nós, enquanto estado, também não seria justo nós trabalharmos com a população, desenhando cenários, quando nós não temos todo este mote de modelagem do cenário catarinense disposto; caso contrário, nós estaremos importando estudos ou análises que foram feitos em outras regiões, e que necessariamente não se aplicam dentro do território catarinense.

Então, junto com os técnicos da Secretaria de Estado da Saúde, nós temos técnicos de análise de dados, nós temos técnicos, hoje, da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, temos técnicos de outras estruturas, inclusive da própria Associação Catarinense de Medicina, que estão nos ajudando na construção desse modelo para que tenhamos aí, realmente, um dado que seja realmente palpável, e que nos indique as intervenções que o Governo fez ao longo do tempo, especialmente no que diz respeito a redução do convívio social, quais foram os resultados que nós tivemos, práticos, dentro da nossa curva epidêmica, dentro do Estado, para que possamos, a partir daí, trabalhar com dados mais próximos da realidade de Santa Catarina.

Mas mesmo assim, nós já estamos, volto a afirmar, nos já ampliamos a nossa rede, já temos um desenho de ampliação de leitos na rede de filantropia e na rede própria, foi citado inclusive a possibilidade de compra de leitos na rede privada, isso é uma verdade, nós podemos em caso de necessidade fazer a aquisição de leitos na rede privada, mas sempre com o escopo de trabalharmos com a realidade daquilo que nós estamos desenhando. Nós, hoje, não estamos muito diferentes do que está acontecendo no estado vizinho Rio Grande do Sul, como no estado vizinho Paraná, ambos trabalham dentro de um espectro de ampliação de leitos muito parecido com Santa Catarina, e obviamente que nós estamos dia a dia analisando essas nossas curvas epidêmicas para que possamos ter consistência nos dados, para que a

gente não comece também a estar elucubrando informações, que são muito amplas, e que às vezes acabam confundindo a própria população, no que diz respeito a como a epidemia está sendo gerenciada, ou gerenciada dentro do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Secretário Helton, eu só pediria para o senhor completar, para ficar mais claro a resposta do Deputado Paulo Eccel, quando ele perguntou a questão dos dois mil, seiscentos e cinquenta e nove leitos. Eu queria, para deixar bem claro isso, para todos, qual é o tempo de permanência, que vocês calculam, de um paciente no leito de UTI.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zaferino) - Bom, o que os estudos desenham, na verdade os nossos pacientes de leito de UTI estão ainda, estamos analisando como é o comportamento dentro do Estado, mas o que os estudos, hoje, nos indicam, seja de cenário nacional, seja de cenário internacional, que um paciente fica entre quinze e vinte dias, dependendo da patologia que ele apresenta, e dependendo obviamente da evolução que ele tem dentro do sistema. Então, isso é a média que nós temos aí, entre evolução, entre quinze e vinte dias de ocupação de um leito de UTI, com um paciente Covid-19.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Eu fiz essa pergunta, até para ficar claro, porque ela está na mesma pergunta do deputado Paulo Eccel, porque eu fotografei aquele gráfico que o secretário João Batista colocou, que é onde chega aos dois mil, seiscentos e cinquenta e nove leitos. Então, a primeira coluna, por exemplo, o Alto Vale, em abril, cento e treze leitos, maio, cento e quarenta e oito leitos; junho, cento e quarenta e quatro leitos; total, quatrocentos e cinco, como a necessidade de leitos. Isso está errado, Secretário! Se a média é quinze a vinte dias, não pode se somar nos três meses essa quantidade de leitos, porque o pessoal está girando na UTI, então eu acredito que tem inconsistência nesses dados. Eu acho que seria bom vocês refletirem sobre isso, os dados que

foram mostrados nesse quadro não condizem com a realidade, então talvez o senhor pudesse explicar isso para nós, respondendo melhor a pergunta do deputado Paulo Eccel.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Deputado Milton Hobus, deputado Paulo Eccel, justamente nós estamos trabalhando aqui, enquanto Secretaria de Estado, e justamente por isso que nós temos muito zelo com relação a essa questão de leitos de UTI. Quando se faz um cálculo de disponibilidade de leitos de UTI, nós não podemos trabalhar, como foi bem colocado, não se trabalha com ocupação integral de todos os leitos ao mesmo tempo, isso não é viável no sentido de cálculo, e obviamente que quando a gente começa a trabalhar com tempo de estada do paciente, seja ele quinze ou vinte dias, enfim, nós temos essa possibilidade. Nós teremos, ao longo desse enfrentamento, alguns períodos de pico, ou seja, onde teremos a maior necessidade de leitos simultâneos de UTI, e teremos obviamente o declínio deste pico, onde essa necessidade vai se acomodando, mas obviamente que nós, enquanto Secretaria, estamos trabalhando nessa lógica de que realmente esse ajuste, ou ajuste fino de disponibilidade de leitos simultâneos, eles precisam ser muito bem dimensionados para que nós tenhamos a oferta necessária à disposição da população, mas ao mesmo tempo também, para que a gente não cause volumes muito grandes, ou muito vultosos, de leitos desocupados.

Então, esse é um cálculo que o próprio Governo do Estado vem fazendo, e isso faz com que a gente vá ampliando esses leitos ao longo do tempo e sempre trabalhando com a lógica de que a visão nossa, enquanto Secretaria de Estado, é que nós tenhamos justamente a acomodação desses leitos dentro da rede de hospitais filantrópicos, ou da rede própria, haja vista que nós temos aí, neste momento, é uma *expertise* toda de servidores, de quadro de profissionais, que pode ser aproveitado sim para o enfrentamento da Covid, além das outras patologias que necessariamente vão ingressar nas unidades hospitalares, e que também podem fazer

uso dessa estrutura que está sendo disponibilizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado secretário, a pergunta é porque em abril, por exemplo, está dizendo aqui que nós íamos precisar de setecentos e quarenta e dois leitos para atender os pacientes de Covid, e ontem havia cinquenta e cinco leitos ocupados de coronavírus, mais quarenta e três suspeitos, então os números realmente não batem. Se for assim para frente, nós vamos estar realmente numa situação, talvez, não com esse horizonte todo ruim, que foi desenhado. Então, realmente fica muita dúvida sobre o que nós temos pela frente. Mas continue as respostas, por favor, desculpe a interferência, só para clarear, deputado Paulo, em função da sua pergunta, dos dois mil, seiscentos e cinquenta e nove, que na minha avaliação também não fecha isso, Secretário João Batista, o senhor poderia responder?

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Sim, sobre a questão que deputado Paulo Eccel também suscitou, sobre o valor dos equipamentos, realmente é dezoito milhões. O deputado Ivan Naatz comentou sobre a questão segunda colocada do processo, que depois foi feita uma reanálise por determinação da Desembargadora Vera, e essa reanálise, quando ela foi feita, por que não foi questionado depois para a empresa, para justificar qualquer questão ali. Porque existiam vícios, ali, que eram insanáveis. Quando a empresa não coloca todos os projetos, quando ela não coloca o número de profissionais que vão ser utilizados, conforme foi solicitado no meu edital, no Anexo 1, e no Anexo 1A, não se teria como, até pelo princípio de igualdade, de competição no processo licitatório, não se teria como, naquele momento, fazer então essa solicitação, a própria legislação não permite fazer isso, então por isso é que não foi indagado para a empresa.

Mas essa questão, ela foi avaliada pelo Tribunal de Justiça, e a liminar foi cassada, com relação a participação do Ministério Público,

Tribunal de Contas, a Controladoria Geral do Estado, a (inaudível) e a Secretaria de Estado da Fazenda, antes de lançarmos o processo licitatório. Fizemos, sim, uma reunião com integrantes de cada um desses órgãos e encaminhamos o processo para uma análise daquelas pessoas, e algumas entidades nos repassaram orientações, que todas elas foram acatadas, sim, no processo.

Nós cumprimos o que a legislação assim o define, num processo de dispensa de licitação, que foi feito de maneira urgente, a legislação permitiria até se fazer apenas uma cotação no mercado, pegar uma proposta e fazer a dispensa de licitação, não foi feito assim. Foi feito primeiro uma avaliação de preço de mercado, que ficou no chamamento da dispensa de licitação ali exposto, e depois se buscou mercado, se deu um prazo muito curto, realmente, pela urgência, e vieram quatro propostas, uma proposta que foi a vencedora, a segunda proposta, que ficou em segundo colocado, que depois entrou na Justiça com mandado de segurança, e essa dúvida já foi sanada pela Justiça, mais uma outra proposta, com um valor maior, e depois também de maneira intempestiva, mais ou menos cinco e meia da tarde, mais uma outra proposta, também, no valor de mais de noventa milhões de reais.

Outra questão, por que tem a assinatura do Governador no processo. Isso aí foi uma das recomendações, não é nem a legislação que exige, mas foi uma das recomendações da Controladoria Geral do Estado, por isso que foi colocado lá solicitação. Não houve participação, vou voltar a frisar, da Casa Civil nesse processo, participou a Secretaria de Estado da Fazenda, a Secretaria de Estado da Administração, mas a Casa Civil não. A assinatura do governador estava ali por uma orientação da CGE, não foi, não teve participação da Casa Civil, se tivesse participação iria falar, houve participação da Casa Civil, nesse processo não houve participação da Casa Civil. Então, de maneira muito urgente, o Estado conseguiu resolver uma situação de bastante dificuldade, de buscar

crédito orçamentário para se fazer esse processo, repassar esse crédito para a Secretária de Estado da Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde descentralizou para a Defesa Civil do Estado, e se fez todo o processo de maneira bem célere devido à urgência, devido à necessidade para a sociedade, de nós termos, daqui a trinta dias, à disposição então dessas estruturas.

Com relação a esse documento do Tribunal de Contas do Estado, nós ainda não recebemos esse documento, não temos ciência, por isso eu não posso falar sobre o mesmo; quando ele chegar, vamos avaliar e acatar todas as determinações, as orientações do Tribunal de Contas do Estado, como a gente sempre fez e está fazendo desde o início.

Sobre o Deputado Altair Silva, por que na Marejada, a questão da biossegurança, se lá as normas serão cumpridas, primeiro por que na Marejada. Na verdade, a Secretaria de Estado da Saúde nos passou que essa estrutura deveria ficar na região da Fóz do Rio Itajaí, então nós pegamos, fizemos uma reunião com todos os Prefeitos da região, da AMFRI, com todos os Secretários, pelo menos a maioria dos Secretários de Saúde dos municípios, e lá foi definida essa questão de se colocar na Marejada; se questionou, se avaliou outros locais também, mas lá foi definido que seria o melhor local, por uma série de questões, proximidade do Hospital Marieta, as estruturas lá, elas protegem os pacientes, a gente vai entrar agora no inverno. A questão do investimento ser menor, porque quando a gente coloca dentro de uma estrutura já existente, nós temos um investimento bem menor a ser feito. Para a questão das normas de biossegurança, esse processo licitatório, o objeto dele é exatamente a normativa que foi estabelecida pela Secretaria de Estado da Saúde para a questão dos leitos de UTI e dos leitos de enfermaria, então todas elas foram cumpridas, todas elas foram colocadas no edital, e a empresa vai ter que cumprir todas as exigências legais, todas as normativas com relação à biossegurança.

Com relação aos hospitais, os leitos de retaguarda, eu já tinha falado anteriormente, mas

a Secretaria de Estado da Saúde nos passou essa necessidade, para cada um leito de UTI, ter três leitos de retaguarda; nós optamos por fazer esse processo licitatório com os recursos existentes no momento, todas as estruturas públicas, todos os poderes estão com dificuldades, enfrentando dificuldades de maneira orçamentária e financeira, então a solução foi fazer os leitos de UTI, que esses são mais demorados, e as pessoas que forem acometidas dessa doença, elas vão morrer se não tiver os leitos de UTI, os respiradores, os equipamentos, as equipes. *[Transcrição e revisão: Taquígrafa Sara]*

Também os leitos de retaguarda, como eu já tinha falado, o que já foi conversado com os prefeitos e os Secretários de Saúde da região, que devem buscar um esforço, para termos na rede hospitalar, esses leitos de retaguarda.

Convém salientar, que no processo licitatório para registro de preço serão previstos os leitos de retaguarda, se houver a necessidade e se houver as condições orçamentárias e financeiras para isso. Com relação à questão de custo do leito de UTI, não há de se comparar o custo do leito dentro de um ambiente hospitalar ao de um leito fora do ambiente hospitalar, mas nós temos a referência de alguns processos, um deles é o processo que o Exército Brasileiro fez, eu já tinha falado no início, em que a referência deles sem equipamentos, lá naquele processo o Exército Brasileiro vai contratar e dispor os equipamentos no valor de R\$ 4.250,00. Se nós tirarmos o valor dos equipamentos do nosso processo, e vemos o valor do leito de UTI diário, o nosso vai ser de R\$ 3.006,00. Só diminuir setenta e seis milhões e pouco, dos dezoito milhões, e fazer a conta. Portanto, o nosso valor está abaixo daquela previsão existente no Exército.

Já foi bastante frisado também, e foi perguntado, a questão da necessidade, em primeiro lugar, de se investir nos leitos com possibilidade de se colocar nos hospitais do Estado. O Secretário Helton já falou, eu também já falei e está se buscando isso. Também já foi falado da

dificuldade que está sendo conseguir os ventiladores, a Defesa Civil está auxiliando a Secretaria de Estado da Saúde também na busca de fornecedores, e uma série de demandas estão chegando para nós, uma delas é a questão dos ventiladores, estamos buscando, mas a dificuldade no mundo inteiro é conseguir, principalmente, esses equipamentos. No ambiente hospitalar é a mesma coisa, existe a mesma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Consulto os senhores deputados, se estão satisfeitos com as respostas? Vamos tentar ser bastante objetivos, tanto nas perguntas como nas respostas, se não nós não vamos cumprir o tempo que nós temos, até às 17h.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Deputado Milton, eu não estou satisfeito com as respostas. Três perguntas não foram respondidas no meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - O senhor pode questionar em um minuto?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Quem decidiu o Hospital de Campanha em Itajaí? Segundo, a pergunta do Deputado Padre Pedro, por que o Estado não assumiu? Por que teve que contratar? Fazer uma licitação, não seria mais barato? A terceira, os números estão confusos. De onde sairão as outras vagas? Se nós temos hoje essa quantidade de 813 vagas, de onde sairão as outras vagas necessárias até o mês de junho e julho? É isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - o Senhor pode responder, Senhor Secretário?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Bom deputado Paulo Eccel, com relação as vagas, nós já temos dimensionado em que hospitais serão instalados os novos leitos, isso já está devidamente mapeado pelo Estado, a exceção dos leitos do Hospital de Campanha, que vão ser instalados todos na região da Foz do Rio Itajaí, onde se realiza a Marejada. Os demais leitos, 713, serão instalados em estruturas hospitalares, nas diversas regiões do Estado, naqueles hospitais que já são referência para atendimento de Unidade de

Terapia Intensiva, que são um número de 48 ao todo no Estado.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Secretário, não são essas vagas, questiono as outras. O Secretário João Batista falou que serão necessárias 2.600 vagas. As 813 vagas estão certas, mas existe uma diferença entre 2.600 e 813 vagas. São vagas novas, no meu entender, pelo que foi explanado. Essa diferença de vagas, como o Estado vai fazer? Onde serão criadas essas novas vagas?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Bom deputado, para fazermos um alinhamento. Na verdade, nós temos hoje 813 vagas novas, não há que se considerar que as vagas existentes elas não serão ocupadas, essas vagas precisam também entrar na contabilidade. Então, além das 813 vagas novas que estão sendo criadas, nós temos hoje no Estado mais 810 vagas que já são leitos habilitados pelo SUS.

Além disso, nós temos a rede de hospitais privados, que serão também acionados em caso de necessidade, com aquisição de leitos de Terapia Intensiva em toda rede privada do Estado, e obviamente, quando nós dimensionamos essa capacidade de ampliação maior de rede, existe sim, a possibilidade de estarmos implementando outros hospitais, talvez não no formato desse Hospital de Campanha, que foi realizado, ou quem sabe nesse mesmo modelo. Mas, talvez, estruturas que possam ser devidamente acionadas para instalação nesses ambientes, como os senhores mesmos já colocaram, nós temos alguns hospitais de maior porte no Estado, que estão com obras de alas novas, e que podemos ampliar ainda maior quantidade de leitos a serem instalados, quem sabe no mesmo formato, entrando com equipes e equipamentos, temos que operacionalizar eles dentro da estrutura de um hospital que já está sendo formado.

Todas essas possibilidades estão presentes, mas o fato é que hoje nós já temos 813 leitos devidamente mapeados, 810 leitos já existentes, temos a rede privada, que nós podemos avançar com pelo menos 100 leitos, provavelmente mais. E temos a possibilidade, inclusive, de ampliarmos essas

estruturas dos hospitais de campanha em outras macrorregionais do Estado conforme a demanda se apresente para o enfrentamento da COVID-19.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Dariam 900 vagas por esse cálculo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Secretário Helton, a bem da transparência, eu vou fazer um pedido, peço para o senhor complementar o pedido de ontem, que já foi feito, para mandar a relação de onde já foram instalados os leitos novos. Esse mapeamento que o senhor tem, se o senhor puder mandar para a Assembleia Legislativa para a gente dispor para todos os Deputados, onde está previsto no estudo de vocês, quantos leitos, quais hospitais? Assim tiramos todas essas dúvidas. A gente fica com esse acompanhamento porque isso é importantíssimo. E faltou só responder quem decidiu colocar o Hospital de Campanha em Itajaí.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Na verdade, o Hospital de Campanha em Itajaí é pela questão de oferta, no momento, a oferta de leitos de Terapia Intensiva, e obviamente, quando se fala em oferta é o que nós temos para a macrorregional de Saúde. Então, aquela macrorregional, para os senhores terem uma ideia, e eu posso projetar para os senhores. Só para termos uma ideia de como nós estamos.

Senhores, este aqui é o desenho (exibe imagem no telão). Este é o desenho que nós temos, dos leitos que já estão sendo implementados dentro do Estado. Os senhores podem perceber que nas macrorregionais de Saúde, a macrorregional que nós temos menor quantidade de leitos ainda é a macrorregional da Foz do Rio Itajaí-Açu. O que nós temos aqui, na Região do Planalto e Região do Meio-Oeste, hoje é uma macrorregional única, meio-oeste/planalto, nós temos o somatório entre 103 e 58, e 83 leitos disponíveis hoje na Região da macro Foz do Rio Itajaí. Esse é o motivo pelo qual nós indicamos que a estrutura ou a região onde nós tínhamos a menor oferta de leitos era a Região da Foz do Rio Itajaí. Obviamente que trabalhando no momento o que nós vivemos também, o momento, sem

considerar a possibilidade de ampliação utilizando a rede dos Hospitais Filantrópicos. Lá, nós temos o Hospital Marieta, também o Hospital Ruth Cardoso, temos a possibilidade, inclusive, de ampliar para leitos privados que lá existem, ou seja, atualmente, o desenho que nós temos hoje é esse. Então, a macrorregional que tem menor quantidade de leitos é a da Foz do Rio Itajaí.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só uma perguntinha, Presidente. Essa projeção que o senhor mostra, senhor Secretário, é com esse ato que vocês colocaram, proibindo a ocupação de 50% dos leitos de UTI, a partir de agora?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Não deputado. Isso aqui é a nossa projeção de ampliação. Nós temos aqui desenhos de ampliações que nós estamos fazendo, eu vou encaminhar ainda, no expediente de hoje para os senhores, enquanto representantes do povo, vou encaminhar a planilha contendo todos esses desenhos de (inaudível) para que tenhamos isso devidamente divulgado. Certamente, também é um compromisso do Governo do Estado, nós devemos estar incluindo essas ampliações ou essas informações naqueles boletins diários, que nós passamos a publicar a partir de ontem para que a população também possa estar informada, aonde serão ampliadas, aonde serão instalados leitos na sua área de residência.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Deputada Ada, se for dentro desse mesmo tema, se não eu pediria para a senhora ficar para depois, nas perguntas finais, para seguirmos a sequência dos partidos, pode ser? Ou é sobre a mesma explicação?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sim, Senhor Presidente pode ser depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Então, vamos adiante. PSDB, o Deputado Marcos Vieira, não está presente. Deputado Nazareno, PSB.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Posso me manifestar, senhor presidente, pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Sim, por favor.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Obrigado Sr. Presidente. Senhor Secretário de Saúde, eu tenho um questionamento e eu queria colocar isso para os amigos deputados. Assim, eu considero essa questão mais uma crise política, justamente, por falta de política. Se a política estivesse sendo feita de uma maneira mais intensa, as pessoas certamente estariam sendo mais compreensivas, entenderiam, e o grau de adesão da política ao momento atual, certamente seria muito maior do que está.

Eu tenho um questionamento, senhor Helton, e também ao Secretário João Batista, que é o seguinte: Em relação ao Hospital de Campanha de Goiás, circulou amplamente nas redes sociais que deviam ser genericamente 200 leitos por R\$ 10 milhões. Foi feito uma comparação direta com o preço da estrutura que se quer fazer aqui, e essa entrega, desses 200 leitos alegados por R\$ 10 milhões, foi inclusive espetacularizada com a presença de altas autoridades federais, sem máscara inclusive, e que serviu para tentar confundir a opinião pública catarinense e lançar dúvidas na lisura do processo e das pessoas envolvidas no processo. Enfim, a realidade é essa. Pergunto: O que realmente tem nesse local de Goiás? São quantos leitos de UTI, dos 200 anunciados? O resto é o quê? Algum paciente, se deixado nessa estrutura de R\$ 10 milhões, poderia ser tratado? O montante de R\$ 10 milhões incluía médicos, remédios, enfermeiros, exames e respiradores? Se não, quem vai arcar com essa diferença em Goiás? É a Presidência da República, o Governo Federal, ou o Governo Estadual de Goiás? O custo da mão de obra e o preço de equipamentos em Goiás são diferentes daqui de Santa Catarina? O número projetado pela Comissão Gestora, aqui em Santa Catarina, de 2.600 leitos de UTI até o final do ano, previu a ocupação e preferência da rede já existente no Estado? Quanto por cento disso será ocupado pela rede já existente? Era isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Desculpa. Alguém do PSB quer falar, deputado Nazareno?

O SR. DEPUTADO NAZARENO MARTINS - Sim, deputado Milton. Tenho três minutos. Quero cumprimentar o deputado. Quero cumprimentar também o Dr. Helton, Secretário da Saúde, o Coronel João Batista, Secretário da Defesa Civil, as Deputadas, os senhores Deputados.

Quero fazer duas perguntas e deixar um tempo para o meu amigo deputado Laércio. Primeiro: Quais as garantias que o Estado terá sobre a utilização de médicos e profissionais da Saúde especializados para atendimento em UTI? Segundo, caso a prestadora do serviço não disponibilizar os profissionais com capacidade e formação exigida, como será garantido o atendimento à população? Era isso, deixo o resto do tempo para o deputado Laércio, se ele estiver presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Deputado Laércio presente? Não! Passamos então ao PDT, deputado Rodrigo Minotto. Não! Deputada Paulinha, seja bem vinda.

A SRA. DEPUTADA PAULINHA - Obrigada, querido Presidente. O deputado Rodrigo vai fazer as perguntas em nome do PDT. Eu só quero parabenizar vossa excelência pela iniciativa e dizer que, nesse período como Líder do Governo, tenho acompanhado o trabalho da Defesa Civil, liderado pelo Secretário João, e quero apenas deixar aos Colegas uma breve visão daquilo que enxergo nos dias atuais. O motivo pelo qual eu tenho grande admiração por vossa excelência, Presidente, é o mesmo que me une hoje à Defesa Civil. É nítido que não se passa impunemente por esse processo aqui, e o João é um homem que tem uma pureza, uma lisura, uma vontade de trabalhar pela vida que todas as pessoas que passaram aqui pela Defesa Civil eu acho que possuem. Quero apenas fazer essa mensagem, eu evidentemente não participo de funções administrativas, mas quero fazer o meu depoimento para os Colegas, diante de todos aqui, do que acompanho, da lisura, da retidão que eu

enxergo na Defesa Civil. Obrigado senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Vamos a pergunta então. Obrigado, deputada Paulinha. Deputado Rodrigo com a palavra.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Boa tarde a vossa excelência. Boa tarde a todos os colegas Deputados. Cumprimento também o Secretário Helton e o Coronel João Batista. Eu quero ser sucinto, mas quero fazer, de certa forma, uma exposição. Não vou fazer diretamente um questionamento, mas talvez apresentar uma sugestão diretamente à Defesa Civil. Eu acho que o maior desafio que nós temos no momento, além de combater o Corona Vírus, é combater realmente a todas aquelas interpretações que, de certa forma, venham a prejudicar o processo. Acho que o maior desafio, neste momento, pela Defesa Civil, até porque foi pela Defesa Civil a contratação desta instituição, que ela através do seu corpo técnico e jurídico, que ela nos convença de que realmente essa contratação foi a melhor possível dentro dos princípios da administração pública. Do princípio da legalidade, da eficiência, da moralidade, da publicidade, e principalmente, da economicidade, porque nós precisamos valorizar cada centavo do contribuinte catarinense para que seja investido na questão do combate ao Vírus Corona.

Então, eu penso que o tempo vai dizer quem está com a razão, lamentavelmente temos que esperar esse tempo. Mas, eu me preocupo pela capacidade instalada que essa instituição tem, foi verificado capital social da instituição? Qual o volume de capacidade que ela tem? E por que não fazer esses investimentos em toda a rede hospitalar que temos no Estado de Santa Catarina? Tendo em vista a capacidade instalada dessas instituições, a qualificação profissional dos operadores da Saúde, sejam eles técnicos, enfermeiros, assistentes, e tendo em vista que essa instituição está fazendo edital, colocando à disposição para a contratação de profissionais que provavelmente não tenham total qualificação ou capacidade, nesse momento. Então, isso preocupa.

Por isso, quero deixar o alerta, para que se houver possibilidade, independente se seja R\$ 3 milhões a mais, R\$ 3 milhões a menos, dessa contratação, que realmente tenha sido feita de uma forma que traga satisfação e que cada recurso do povo catarinense seja devidamente investido. Então, esse é o alerta que eu faço e que a equipe técnica das Secretarias, tanto da Saúde, quanto da Defesa Civil, apresente uma nota explicativa, mostrando os dados técnicos, científicos e econômicos, que essa realmente foi uma contratação dentro da lisura que deve ser. Então, a minha sugestão seria essa, senhor Presidente, deixando claro da minha preocupação, se por ventura vier a ocorrer outros Hospitais de Campanha utilizando-se desse mecanismo jurídico, que é legal, é, (inaudível) ser imoral, mas que se tenha muito cuidado com isso, porque realmente constrange a cada um de nós e, realmente, se não for algo muito bem explicado, provavelmente teremos que responder por muito tempo. Era isso, senhor Presidente. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado, deputado Rodrigo Minotto. Passamos agora a resposta dos Secretários.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Bom, senhores, com relação aos questionamentos que foram direcionados a Secretaria da Saúde. Deputado Vicente Caropreso, nós estamos trabalhando há um mês, dedicados realmente a fazer o melhor possível pela população de Santa Catarina, realmente essa questão de talvez haver uma falha de comunicação, ela possa ter acontecido, no sentido de divulgar o que realmente a estrutura do Hospital de Campanha englobaria. Nós estamos falando de realidades que são bem diferentes uma da outra. O Hospital de Goiás é a concepção clássica do Hospital de Campanha, onde nós temos uma estrutura devidamente montada, de uma forma ágil, com a disponibilidade de camas. Obviamente, toda a parte operacional, toda a parte de insumos, a parte de Recursos Humanos, isso o próprio Ministro Mandetta se manifestou ao longo da semana, dizendo que lá nós

temos uma contratação tão somente da estrutura física, com algumas camas inclusive, ele citou isso foi a fala dele. Aqui em Santa Catarina, nós temos a estrutura completa como um todo, seguindo as regras vigentes com relação a Anvisa, com relação a RDC, para que nós tenhamos o atendimento por completo de um leito de UTI. Então, talvez realmente nós possamos ter falhado na divulgação de como seria o formato ou quais são as estruturas que lá estariam disponíveis, e quiçá muitas dessas dúvidas, que hoje pairam pelos senhores e pela própria população, pudessem já ter sido esclarecidas. Com relação à rede própria do Estado, ou a rede de hospitais do Estado. Nós temos sim a ideia, como o senhor já bem colocou e eu já também afirmei em algumas ocasiões para todos os senhores e senhoras, que a nossa ideia é justamente ocupar preferencialmente as redes ou as estruturas dos hospitais que já estão edificadas. Por dois motivos: primeiro lá nós já temos uma equipe de saúde devidamente formada e também, obviamente nós estamos trabalhando novamente com aquela estrutura ou com aquela possibilidade de os leitos que lá forem instalados, lá permanecerão. Então, ontem eu já havia falado isso para os senhores e volto a afirmar, não faz sentido algum nós ativarmos mais leitos em determinados hospitais e ao final da crise desativar os leitos. Sabedores que somos todos de que nós temos uma necessidade de leitos de UTI dentro do Estado de Santa Catarina, e obviamente que isso vai nos permitir o enfrentamento de outras demandas de saúde que são diárias.

Com relação ainda ao Hospital de Campanha, obviamente nós temos que entender que ele é um formato de uma das possibilidades que são estabelecidas para a disponibilidade de leitos. Nós não abandonamos em momento algum a ideia de que os leitos primordialmente devem ser instalados dentro das estruturas hospitalares, isso também foi um dos motivos de que nós já não saímos contratando centenas de leitos em todas as regiões do Estado, nós queremos disponibilizar isso preferencialmente na rede de hospitais que já

estão edificadas, e obviamente que sendo necessário, isso vai ser analisado pelo Governo do Estado, para que isso possa ser expandido para as demais regiões, ou não. Os senhores vão receber, como eu já disse, um documento onde vai estar claro quais são as estruturas que já existem, as que vão ser disponibilizadas para cada hospital, e isso vai deixar a informação um pouco mais clara para que nós não tenhamos também esse temor de que algumas regiões serão mais atendidas em detrimento de outras, isso não é a estratégia do Governo do Estado, e lembrando que quando nós trabalhamos com leitos de UTI, nós estamos trabalhando com leitos que estão disponíveis para regulamentação estadual, isso quer dizer que, havendo necessidade, os pacientes poderão ser sim removidos de uma unidade para outra, de uma região para a outra, dentro da disponibilidade de leitos existentes e obviamente dentro da demanda de saúde que cada paciente apresente.

Quando se fala em COVID, nós estamos falando de uma UTI de trato respiratório, que vai lidar com síndrome respiratória grave, mas quando se trata com as demais expertises do Estado, especialmente aquelas que são cirúrgicas, nós temos que conduzir o paciente para um melhor local, o melhor destino, independente se seja dentro da sua macrorregional, preferencialmente lá, mas não existindo leito nós vamos transportar o paciente para a região que for preciso.

Acredito que para a parte da Secretaria de Estado da Saúde, os questionamentos foram esses.

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Complementando então as respostas do Secretário Helton, respondendo o questionamento do deputado Nazareno, quais as garantias no caso de a empresa não entregar, como o Estado vai administrar? Sempre que se faz um processo de contratação, o Estado exige uma série de garantias, e nesse caso a nossa maior preocupação é com relação aos equipamentos, aos ventiladores. Será que a empresa vai ter esses equipamentos para entregar? Outra dúvida que fica também, que já foi citada aqui, com relação as

equipes de saúde, nós fizemos todas as exigências necessárias para que se tenha o melhor serviço para a sociedade. As garantias, quando a gente contrata, se coloca lá as garantias, e também as penalidades caso a empresa não entregue, e o Estado só vai fazer o primeiro pagamento, segundo e terceiro, se tudo estiver a contento, se as obrigações estiverem sendo cumpridas. Então, se chegar daqui a 30 dias, nós não tivermos os leitos instalados, os equipamentos, os ventiladores, as pessoas com as qualificações necessárias e exigidas, o Estado não vai fazer o pagamento e vai haver inclusive penalidade para a empresa. E como o Estado vai administrar? Nós vamos avaliar, juntamente com a Secretaria de Estado da Saúde, mas a Defesa Civil está apoiando a Secretária de Estado da Saúde. O Estado vai ter que administrar, se realmente isso não ocorrer.

Com relação às palavras do deputado Rodrigo Minotto, que são as mesmas preocupações nossas. A questão da lisura no processo, a questão da publicidade, da economicidade, e também uso as mesmas palavras do senhor, o tempo vai dizer. Essa questão de fazer uma nota explicativa com dados técnicos, científicos e econômicos, vamos nos dispor a fazer essa nota explicativa com todos os dados que o Estado dispõe para sanar as suas dúvidas, dos demais parlamentares e também da sociedade. As informações não estão sendo sonegadas, todas as que estão sendo solicitadas e que possuímos, nesse momento de incertezas, é uma coisa muito nova no mundo todo, e não é diferente aqui em Santa Catarina. Nós estamos vivenciando uma situação no mundo inteiro, que pegou a Ásia, foi para a Europa. Hoje, nós vemos lá na América do Norte situação também muito complexa e, estamos nos preparando, aqui no Brasil, situação também está chegando e em Santa Catarina. Então, com os dados que a gente dispõe, com todas as incertezas, o Estado está construindo inteligência, como o Secretário Helton já falou, com as calculadoras epidemiológicas que estão sendo agora implementadas, com os dados que nós já tínhamos do núcleo de inteligência analítica da Defesa Civil,

com os doutores, pós-doutores, os pesquisadores, matemáticos, auxiliando o Governo do Estado na tomada de decisão, e buscando todas as informações disponíveis no meio acadêmico, nacional, internacional e catarinense, para tomarmos as melhores decisões e não deixar nenhum cidadão catarinense desassistido, e não deixar nenhum cidadão catarinense com a possibilidade de vir a óbito por falta de equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Vamos então a última rodada de perguntas antes da Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO JAIR MIOTTO - Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Presidente, só um minuto por favor. Apenas para confirmar se o coronel irá fazer a nota explicativa, dentro da sugestão que eu apresentei sobre os dados técnicos, científicos e econômicos dessa contratação.

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Eu já havia falado, vamos fazer sim. Com todos os dados que nós temos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado senhor João Batista. Deputado Kennedy, agora seria a vez de dar a palavra ao partido Republicano, PSC ou NOVO, e daí entraria com a palavra a Defesa Civil, pode ser? PSC, pode ser deputado Jair Miotto?

O SR. DEPUTADO JAIR MIOTTO - Pode ser, Deputado Milton Hobus, quero primeiramente parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, pela iniciativa de chamar essa audiência, e quero somar-me aqui a grande preocupação dos deputados nesse momento de crise da saúde e também já da economia. Nós estamos aqui nos debruçando em algo que acabou se tornando também mais uma crise política, pois a sociedade realmente quer as explicações destes R\$ 77 milhões, por que uma empresa lá de São Paulo, por que essa associação? Acho que essa nota técnica, econômica, científica, é urgente que seja feita pelo Governo para prestar as devidas informações, pois há questionamentos de diversos órgãos além da sociedade, além da

Assembleia Legislativa, muitas dúvidas precisam ficar claras para a opinião pública. Mas também, quero acrescentar aqui algumas perguntas. Primeiro: Quanto à aquisição dos respiradores? Segundo, os equipamentos que ficarão para o estado, quais serão esses equipamentos? Como será isso administrado? E terceira e última pergunta ao Secretário, um tema que ninguém comentou aqui, deputado Milton, com relação ao uso da cloroquina, se aqui em Santa Catarina isso está sendo feito também, como em outros estados que já estão organizando isso, acompanhado de maneira técnica, científica? Se aqui no Estado também está se observando a possibilidade de utilização da cloroquina para esses tratamentos, como tem sido apontado em muitos estudos aqui no Brasil e no exterior? Era isso, senhor Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado, deputado Jair Miotto. Deputado Sérgio Motta, Republicanos, com a palavra.

O SR. DEPUTADO SERGIO MOTTA - Saúdo o Secretário João Batista, da Defesa Civil, também o Secretário Helton. Acho que já foi muita coisa esclarecida. A minha pergunta é qual foi a quantidade de kits de testagem rápida adquiridos pelo Estado? Sendo que essa doença ela difere os sintomas, eu vou citar um caso de um telefonema que recebi, a pessoa tinha perdido o olfato e o paladar, e não tinha tosse, não tinha febre. Enfim, queria fazer o teste e acabou contagiando também à família, porque era positivo para Coronavírus o caso dele. Então, quais são as quantidades de kits de testagem rápida, quais municípios receberam esses kits de testagem do Covid-19, qual o critério de distribuição para os municípios? Eu gostaria de saber isso do nosso Secretário João Batista e do Secretário da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado, deputado Sergio Motta. Finalizando as perguntas dos grupos partidários, com a palavra o partido Novo, deputado Bruno Souza? Deputado Bruno Souza não está. Então passamos as respostas, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Deputado Milton Hobus, quero fazer meu cadastro para poder falar também. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - As respostas então, pode ser? Secretário Helton e João Batista.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Vamos lá, deputado. Só estava abrindo aqui o arquivo da pergunta do deputado Sergio Motta. Mas, vamos começar pelas perguntas do deputado Jair Miotto. Nós temos, então, dentro da perspectiva de aquisição do Estado de Santa Catarina, uma previsão de chegada de ventiladores ao longo do mês de Abril, nós compramos 200 ventiladores de uma determinada empresa e temos mais 100 que foram adquiridos de outra remessa. Temos a possibilidade, como os senhores já puderam estar acompanhando também, da própria empresa WEG, que tem a capacidade operacional, está desenvolvendo e finalizando a sua capacidade operacional de entrega de ventiladores feitos aqui no Estado de Santa Catarina. Já temos uma sinalização de reserva de alguns equipamentos para o Estado de Santa Catarina, mas eles ainda estão finalizando a composição ou a compra de alguns componentes eletrônicos, os quais a empresa não tem capacidade de produzir aqui em Santa Catarina.

Com relação ao uso de cloroquina, sim, nós estamos também utilizando a cloroquina em alguns pacientes, conforme o próprio protocolo do Ministério da Saúde, ele nos apresentou um protocolo, nós temos doses de cloroquina que recebemos do Ministério e foram distribuídas para todos os hospitais que tem leitos de UTI. Temos também o próprio uso do Kaletra, uma medicação que foi lá no início do tratamento da AIDS, ela foi muito utilizada, então é uma também que está sendo usada em algumas unidades. Mas, é sempre importante destacar para os senhores e senhoras que essas medicações ainda são estudos insipientes, a análise clínica e testagem que está sendo feita no Brasil, ainda estes estudos demonstram que estamos muito no início do processo. Mas, são medicações que já foram

disponibilizadas e que estão sendo seguidas através de alguns protocolos, esses resultados ainda não nos indicam no sentido de, é uma medicação totalmente efetiva, ela é efetiva para determinados casos, mais graves, mais leves. Enfim, isso tudo está sendo analisado com alguns estudos científicos que estão acontecendo em nível de Brasil.

Com relação à distribuição de kits de testagem rápida, deputado Sergio Motta, vamos tentar projetar para os senhores a questão. Então, aqui nós temos uma primeira leva de kits que nós recebemos, 15.660 testes, nós fizemos a distribuição para municípios com o seguinte regramento: A orientação que nós recebemos do Ministério da Saúde é que esses testes deveriam ser utilizados por profissionais da Saúde e obviamente profissionais da Segurança Pública, era a destinação inicial desses testes. O regramento utilizado foi: Para as unidades hospitalares, e nós tivemos aqui uma categorização de unidades, desde unidades que tinham até cinco leitos, até unidades com mais de 16 leitos de UTI, isso fomentou a distribuição de kits para esses profissionais ou para essas unidades hospitalares. Além disso, também foi realizada a distribuição para hospitais ou para Unidades de Pronto Atendimento, que são aquelas que nós temos nos municípios, o critério utilizado foi municípios até 15 mil habitantes que receberam 50 testes por unidade, e municípios acima de 15 mil habitantes receberam 100 testes por Unidade de Pronto Atendimento. Também foram distribuídos testes para (inaudível) suporte avançado do SAMU, 20 testes por unidade, mais para unidades aéreas do SAMU e Corpo de Bombeiros, e também para as Centrais de Regulação de Urgência e Emergência que são operadas pelos integrantes do SAMU. Além disso, os integrantes da Segurança Pública também receberam, dentre eles Bombeiro Militar, Polícia Civil, Bombeiro Voluntário, Polícia Militar e Agentes Prisionais, perfazendo o uso destes kits que nós recebemos da primeira leva.

No dia de ontem, como eu já havia comentando com os senhores, nós recebemos o segundo lote de testes rápidos, e está sendo feita uma deliberação aqui, pelos integrantes do (inaudível), juntamente com o grupo do (inaudível), que são Conselhos de Secretários Municipais de Saúde, para que possamos notificar os municípios de como está sendo feita a distribuição, mas a ideia é que nós tenhamos uma ampliação daqueles que não receberam esses devidos kits ainda na primeira leva. Sempre lembrando que esses kits que nós estamos recebendo e distribuindo, estão voltados nesse primeiro momento para os profissionais de Saúde e Segurança Pública. Eles não se aplicam, não são direcionados à testagem de população em massa. Enquanto Estado, nós estamos agora mapeando alguns testes, nós temos muitos testes hoje que estão distribuídos, ofertados no comércio. Alguns testes que tem sua efetividade, como eu já havia falado no dia de ontem, mas reforçando, com a sua efetividade após sete, oito, nove dias, o que nos exigiria uma capacidade de retestagem da população com volumes muito expressivos de testes de kit rápido para todo o território. Nós estamos agora definindo quais são os testes mais adequados de uso aqui no Estado de Santa Catarina, alguns municípios já estão adquirindo também testes rápidos. É importante relatar também que ontem nós já havíamos informado, mas reforçamos, os municípios acabaram de receber através de uma distribuição por uma Portaria Ministerial, cerca de R\$ 89 milhões, que podem ser aplicados no enfrentamento da COVID-19, no enfrentamento, leia-se todos os insumos, necessidade de aquisição de testes rápidos, necessidade inclusive de aporte na própria rede de hospitais municipais, ou seja, tudo que são ações destinadas à COVID-19 também podem ser incluídas nesses R\$ 89 milhões que os municípios catarinenses acabaram de receber, além daqueles R\$ 20 milhões que já haviam recebido. O Estado recebeu R\$ 14 milhões no primeiro momento, destinados à média e alta complexidade, e acabamos de receber R\$ 44 milhões também através dessa Portaria Ministerial, de tal sorte que nós estamos

agora fazendo também uma deliberação (inaudível) para aplicação desses recursos, sejam eles através da gestão estadual ou gestão municipal. A ideia nossa é obviamente não adquirirmos, neste momento não temos capacidade operacional, o próprio Brasil também não tem, de comprar kits para testar toda a população catarinense, mas nós estamos trabalhando agora com um volume de kits para adquirir no sentido de fazer uma avaliação por região. Essa avaliação será, provavelmente através das nossas Redes Sentinelas, que já estão distribuídas em todo o território catarinense para que se possa fazer testagens em maior volume, e obviamente aquilo que nos tivermos as demandas ou pacientes que são mais compatíveis com o quadro, para que se possa fazer isso através do Laboratório Central ou outros laboratórios que também podem ser incluídos nesse processo de testagem da população catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Coronel João Batista, quer completar?

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Eu fiquei com dúvida, o deputado Jair Miotto perguntou quais serão os equipamentos, se são os do Hospital de Campanha, eu posso projetar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Deputado Jair Miotto, pode esclarecer?

O SR. DEPUTADO JAIR MIOTTO - Sim, por favor. Se todos os equipamentos do Hospital de Campanha vão ficar para o Estado ou uma parte deles, quais são? Como está sendo organizado isso?

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Todos os equipamentos que forem adquiridos, inclusive os insumos, no final do contrato eles vão ficar para o Estado. Aqui tenho uma relação dos equipamentos, de todos eles. Nós temos ali os ventiladores, que são 100, já corresponde a um valor bem elevado, de R\$ 11 milhões. Enfim, uma série de equipamentos que estão aqui listados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Passamos então agora às perguntas dos membros da Comissão de Defesa Civil, que ainda não se

pronunciarem. Pela ordem, deputado Kennedy, depois deputado Mocellin, deputado Jerry e deputado Volnei, são os deputados da Comissão que ainda não se manifestaram, e depois os demais inscritos. Então, deputado Kennedy com a palavra.

O SR. DEPUTADO NILSO BERLANDA - Pela ordem, senhor presidente. Eu também gostaria de me inscrever. Uma pergunta só, deputado Milton Hobus, por gentileza.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Vou fazer as três perguntas que eu tenho para os dois Secretários, e então vocês me respondem.

Ontem eu entrei em contato pessoalmente com o Governo de Goiás, através do Presidente da Assembleia Legislativa. Falei com o pessoal da Secretaria da Saúde, lá, para saber sobre esta questão dos R\$ 10 milhões do Hospital de Goiás que foram comparados aqui. Na verdade, lá são 200 leitos, 160 leitos de enfermaria, o que vocês chamam de retaguarda, e 40 leitos de UTI, por isso que ficou em R\$ 10 milhões. Eu perguntei: "Tá, mas para colocar para funcionar? Porque vocês falam que aqui tem todo o funcionamento". Bom, para resumir, o custo de cada leito de UTI lá em Goiás, nesse Hospital de Campanha, é de R\$ 66 mil por mês. Montagem, equipamentos, insumos, tudo. E profissional. Pergunto: Quanto vai custar cada leito, por mês, desses 100 mil a esse preço? Segunda pergunta: O que mais me chamou a atenção nem foi à questão de preço, mas sim quando eu comecei a falar e eles disseram para mim: "Só existe uma questão muito grave em Santa Catarina, mais do que o preço. Como vão fazer um Hospital de Campanha sem ser no pátio de um hospital, só com leitos de UTI? Não tendo leitos de retaguarda. Como vai ser isso?"? Porque o paciente para entrar na UTI, primeiro ele entra na retaguarda ou na enfermaria, para depois, se piorar o caso, entrar na UTI. Quando ele melhora, ele sai da UTI e vai para a retaguarda. Como vai ser isso? Por exemplo, uma pessoa de Blumenau ficou doente, é internada em Blumenau e quando ela piora vão entubar ele para trazer para Itajaí, e quando melhorar vai trazer de novo para Blumenau? Eu quero saber um

pouco mais, até porque esse Hospital de Campanha não foi feito no Pátio do Hospital Marieta, cito isso como exemplo. Então, eu queria saber como fica essa questão? Eu estou preocupado, porque nós vamos ter 100 leitos de UTI e nenhum leito de retaguarda. O Secretário já falou, para cada leito de UTI é preciso três de retaguarda. Então, quer dizer que nós vamos fazer um Hospital de Campanha ao lado com 300 leitos? Para ser a retaguarda desses 100?

Terceira e última pergunta: Vocês falaram diversas vezes, até em notas oficiais, que esse contrato teve a participação do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Eles, hoje, emitiram uma nota dizendo que não participaram. Quem está mentindo? O Ministério Público e o Tribunal de Contas ou vocês? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Deputado Kennedy, obrigado. Eu vou dar a palavra também a três deputados por vez, serão três perguntas, para facilitar as respostas. Então, deputado Coronel Mocellin, o senhor quer se manifestar?

O SR. DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Boa tarde, Presidente. Boa tarde ao Coronel João Batista, ao Helton e a todos os nobres Colegas. Quero fazer referência, que eu tive o prazer e oportunidade de trabalhar tanto com o João Batista e o Helton, durante praticamente toda a minha carreira, e eu os conheço bem, e sei o quanto são profissionais e competentes. Então, disso eu não tenho dúvida.

No início, o João Batista não conseguiu fazer aquela projeção da pandemia em Santa Catarina. Qual é a perspectiva, não sei se consegue fazer agora, essa projeção do crescimento da pandemia em Santa Catarina para que justifique esses aumentos de leitos de UTI? É a primeira pergunta.

Eu queria, até para tirar a dúvida do comparativo com a questão de Goiás, saber quanto custou à estrutura física desse Hospital de Campanha em Itajaí? Apenas estrutura física para comparar com o de Goiás. Obrigado, era só isso senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado, deputado Coronel Mocellin. Deputado Jerry Comper, quer fazer alguma pergunta? Não, está bem. Deputado Volnei Weber? Também não. Então, concedo a palavra para a deputada Ada, que se inscreveu por primeiro.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Deputado Milton Hobus. Se o tempo me permite ainda, eu queria avisar o Secretário de Estado, senhores Deputados, até porque há necessidade de publicidade, não é? O Secretário disse que não teve acesso ao parecer do Tribunal de Contas, mas eu leio para ele, eu leio para o Secretário Helton, uma pequena observação para compartilhar com os senhores, só um parágrafo. Diz o Tribunal de Contas: "Diante do exposto, considerando-se ainda que se trata de uma análise sumária das propostas apresentadas, atende ser possível identificar falhas de formulação e de análises das propostas que apontam ilegalidades quanto ao conteúdo do Edital de Cotação de Preços 001/2020". Secretário, o Tribunal, com graves riscos para a administração pública catarinense, eu queria que o senhor desse uma olhadinha nesse parecer, porque o Tribunal de Contas está dizendo que o senhor cometeu ilegalidades, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado deputado Ivan Naatz. Então, temos três perguntas. Vamos para as respostas desses três questionamentos, do deputado Kennedy, deputado Coronel Mocellin e deputado Ivan Naatz. Depois, vamos tentar novamente a deputada Ada de Luca, deputado Marcius Machado e deputado Berlanda, que estão inscritos. Vai haver tempo para que nós possamos ouvi-los. Com a resposta então, Secretário João Batista e Secretário Helton.

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Helton, se me permitir. Com relação a essa questão dos leitos de Goiânia, o Helton já tinha falado e eu também. Nós buscamos os processos lá, e realmente são 200 leitos com as camas. Não tem os equipamentos, não tem as pessoas, não tem os insumos, então não há como se comparar, não é? Só para título de informação, comparando-se com aquele do Exército, que eu já

falei, que são sem os equipamentos, nosso custo seria de R\$ 3.006,00 por leito de UTI. E lá naquele termo de referência, ele cita que poderia ser até R 4.250,00 o preço médio. Se a gente agregar os equipamentos, o nosso custo é de quatro mil duzentos e poucos reais por dia, por leito de UTI.

Com relação à questão dos leitos de retaguarda, a gente frisou já, que na solicitação da Secretaria de Estado da Saúde para a Defesa Civil se leva em consideração a necessidade de leitos de retaguarda, e que a gente está buscando na região esses leitos de retaguarda, até peço depois se o Helton puder complementar essa resposta.

Com relação à participação de integrantes do Tribunal de Contas do Estado, da Controladoria Geral do Estado, do Ministério Público, da SEA, da Secretaria de Estado da Fazenda, inclusive da deputada Paulinha, que participou também da reunião, houve sim antes de se fazer o lançamento desse chamamento para dispensa da licitação, e foi discutido, e volto a frisar, alguns órgãos mandaram recomendações, como o Ministério Público, se eu não me engano foi o Ministério Público, eu não lembro se foi o Ministério Público ou o Tribunal de Contas do Estado e a Controladoria Geral do Estado.

Com relação à questão das estruturas físicas, que o deputado Mocellin perguntou quanto vai se investir na Marejada, é aproximadamente de R\$ 600 mil, é o que se tem na proposta.

Com relação ao questionamento do deputado Ivan Naatz. Em relação ao TCE, a gente vai receber o documento e se tiver alguma irregularidade insanável o processo não vai à frente, nós vamos cumprir tudo que a legislação exige. E se tiver alguma justificativa a ser feita, nós vamos fazer também.

O Coronel Mocellin solicitou a apresentação de alguns dados, eu vou rapidamente apresentar conforme solicitado. Nós temos aqui um Plano de Contingência que tem 90 e poucas páginas, ele está sendo montado, e será agregado mais alguns outros

itens. Esse Plano de Contingência está sendo realizado a muitas mãos no Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Coronel João Batista, para agilizar, eu vou pedir licença ao Coronel Mocellin, ao final eu tenho anotado quais os relatórios que nós vamos pedir para que vocês disponibilizem à Assembleia Legislativa, entre eles está o Plano de Contingência, a expectativa de curvas de contaminação do Estado nos próximos meses, uma série de coisas que vou elencar ao final. Então, para nós não perdermos tempo com isso e permitir que mais deputados inscritos possam também ter o direito de se manifestar. Não me leve a mal, Coronel Mocellin, mas esses documentos seriam interessante se todos os 40 deputados recebessem para fazermos a devida avaliação.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Senhor Presidente, só uma questão. É que eu pedi o custo por mês de cada leito na totalidade, o Secretário falou que é em torno de R\$ 4.200,00 por dia. É isso, senhor Secretário?

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Seria R\$ 4.277,00, se a gente pegar e dividir o valor total da proposta, de quase R\$ 77 milhões por 180 dias, não é? Vai dar o valor arredondado de R\$ 4.277,00. Se nós excluirmos dessa avaliação a questão dos equipamentos, se a gente pegar e ter uma similaridade com o processo que eu citei do Exército Brasileiro, o que a gente pode enviar também, seria R\$ 3.006,00 o custo todo.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Então, se é R\$ 4.200,00, multiplicando isso por 30, resulta em R\$ 126 mil por mês cada leito.

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Diferente dos R\$ 66 mil lá de Goiás, essa que é a diferença, não é?

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - O de Goiás não tem como

comparar, são alhos com bugalhos, são coisas diferentes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não. Nesse caso não são alhos com bugalhos, são leitos de UTI na totalidade. São R\$ 66 mil por mês, com tudo, é o contrato.

O SR. CHEFE DA DEFESA CIVIL (Coronel João Batista Cordeiro Júnior) - Não é o que está no contrato.

O SR. DEPUTADO FABIANO DA LUZ - Por uma questão de ordem, senhor presidente. Eu acho interessante a resposta que o Coronel Mocellin fez, que é com relação a projeção do crescimento do pico em Santa Catarina, quando vai acontecer, para a gente ter isso como informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Esse é o documento que nós vamos pedir ao final, deputado Fabiano, porque é um documento técnico que eu acho que seria interessante todos nós deputados recebermos, porque isso não pode ficar só com o grupo de trabalho do Governo e ninguém saber o que está acontecendo. Por isso, está elencado já para pedirmos isso aqui no final e depois, se faltar alguma coisa do que listei, eu peço a ajuda dos colegas Deputados para complementarmos. Passamos agora, deputada Ada, por favor.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Boa tarde colegas. Minhas duas perguntas vão especialmente para o Secretário da Saúde, doutor Helton, que tenho certeza que ele não esperava pegar pela frente uma bomba tão grande, mas já que pegou tem que ajudar a resolver. Secretário Helton, o problema é o seguinte: Ontem o senhor não respondeu, por que em Laguna, onde as instalações estão prontas para uma UTI com 10 leitos, custa R\$ 400 mil, por que não faz lá? O seu adjunto comunicou ao meu gabinete que não tem verba para isso. Isso foi também o diretor do hospital que falou, não é? E depois eu não entendo, tem aluguel de R\$ 5 mil por leitos em Tubarão para a Socimed, é uma coisa que na minha cabeça não dá para entender. Essa é uma pergunta, espero que o senhor resolva.

A outra é: O senhor falou em cirurgia eletiva, tudo bem concordo, mas a vida continua, as apendicites continuam, os infartos continuam, as infecções urinárias continuam também, tudo isso pode levar muitas pessoas para a UTI dos hospitais, nos quais têm tantos leitos reservados para o senhor corona, e aí como é que fica? Antigamente já era lotado e aconteciam brigas homéricas por um espaço, porque eu já passei por essa tragédia. Então, se antes já era um caos, e o senhor sabe que era, o senhor tem noção e a população catarinense toda mais ainda. Isso não está fechando, eu gostaria de uma resposta mais concisa, com mais firmeza do senhor, eu sei que o senhor é competente para isso. Muito Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado, deputada Ada. Deputado Marcius Machado com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Marcius, só um minutinho. Avisar e o Secretário claro que sabe, onde é o maior índice de óbitos? É o sul do Estado. Fica Registrado.

O SR. DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Obrigado, deputado Milton Hobus. Secretários, meu cumprimento a cada um. Sei que é uma batalha inimaginável, ninguém acreditava que poderia acontecer na modernidade. Mas o meu questionamento está focado nesse Hospital de Campanha, ninguém consegue compreender porque vai ser gasto R\$ 76 milhões em um Hospital de Campanha, sendo que nós temos o Hospital Marieta em Itajaí, a nova ala, o Hospital Tereza Ramos, em Lages, está pronto, só faltam os últimos detalhes, poderiam ser aplicados esses recursos em Lages. E nós temos também o Regional do Oeste em Chapecó. O questionamento é: Por que não aplicar esse recurso de grande monta nesses hospitais? Têm vários hospitais também filantrópicos, hospitais que podem ser reestruturados, como o de Boicana do Sul. Nós temos hospitais em Anita Garibaldi, Urubici, que estão prontos. De acordo com o Secretário, diretor da Amures, nós podemos conseguir aqui na região, na região serrana, 100 leitos rapidamente pagando pelo valor do SUS. Então, o que nós pedimos como

representantes, como sociedade? Por favor, rompam com esse contrato milionário e apliquem esse recurso para que fique permanente a estrutura, para que o nosso povo possa usar. Por favor, nós estamos pedindo para que mude esse *modus operandi* que a sociedade não está entendendo, porque é muito dinheiro. Para concluir a minha fala, senhor Presidente, para se ter uma noção, só no hospital aqui de Lages foi aplicado R\$ 86 milhões, que beneficia 93 leitos eletivos e mais de 30 leitos de UTI. Por favor, Secretário Helton, Secretário da Defesa Civil, apliquem esses recursos e abram essas novas alas para que o povo possa ser atendido. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado, deputado Marcius. Finalizando então as perguntas com o deputado Nilso Berlanda.

O SR. DEPUTADO NILSO BERLANDA - Obrigado, deputado Milton. Quero cumprimentar os dois Secretários. Ontem eu não tive oportunidade de participar da reunião e fazer pergunta ao nosso Secretário Helton. Secretário Helton, o Hospital de Curitiba é um hospital muito importante na região toda aqui, atende uma demanda muito grande, a exemplo do que o deputado Marcius falou, atende toda a Região Serrana. Por que o nosso hospital ainda não recebeu nenhuma máscara, nem uma luva, nem um avental e muito menos algum tipo de equipamento? Consta aqui que temos 18 leitos à disposição para atender a demanda da região. Essa é uma pergunta.

A segunda pergunta, Secretário Helton. Mediante a toda essa turbulência que a Saúde passa, não só no Brasil, o mundo todo, e principalmente aqui em Santa Catarina, nós temos alguns contratos em andamento de convênios que não são assinados, a exemplo do nosso Hospital de Curitiba que está na Justiça, e espero que se resolva esse problema na Justiça. Existe alguma possibilidade, logo depois dessa turbulência ou logo na sequência, a gente estar assinando e definitivamente resolvermos esses problemas de convênio com nossos hospitais de Santa Catarina?

Seriam essas as perguntas que faço ao Secretário Helton, deputado Milton Hobus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado, deputado Berlanda. Secretário Helton, pode então proceder às respostas.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Deputada Ada, respondendo a pergunta da senhora a respeito de Laguna. Laguna sim, nós temos a intenção de colocar leitos de UTI lá, importante que estamos falando de mais de 10 leitos de UTI, somente em ventiladores estamos falando de algo muito próximo de R\$ 500 mil. Importante destacar que quando nós tivemos a complementação do teto da política hospitalar catarinense, o Hospital de Laguna que estava previsto em receber R\$ 153 mil ao mês, passou a receber R\$ 450 mil, que dá uma diferença de R\$ 297 mil por mês para aquele hospital. Também importante destacar que o próprio Município de Laguna através da Portaria Ministerial que distribuiu os valores de R\$ 89 milhões, Laguna recebeu R\$ 633 mil. Então, entendemos deputada, que nós podemos sim através de uma ação conjunta, o Estado está entrando com os equipamentos, que nós possamos fazer um esforço através do próprio hospital e do próprio Município de Laguna para que nós consigamos efetivar aquilo que precisa ser feito de melhora dentro das instalações, para que nós possamos disponibilizar os 10 leitos de UTI lá naquela unidade.

Com relação à pergunta do deputado Berlanda, ao Hospital de Curitiba, ele de igual forma está no planejamento da Secretaria da Saúde para a ampliação, disponibilização de equipamentos de proteção individual, nós não fizemos para nenhum dos hospitais da rede de filantropia. Nós fizemos distribuição para os municípios catarinenses, tudo que nós recebemos do Ministério da Saúde foi distribuído para os municípios e obviamente que com relação aos hospitais filantrópicos, nós acabamos fazendo a complementação dos valores da política hospitalar catarinense para que eles pudessem ter também a disponibilidade de mais recursos para aquisição.

Em específico com relação ao convênio, deputado, eu já venho conversando com o senhor a algum tempo, nós temos uma dificuldade, inclusive, de entendimento com a própria direção do hospital que não quer assinar o convênio com a Secretaria do Estado, entendo que precisa ser valores a maior. Nós já poderíamos estar disponibilizando esse recurso, mas é um entendimento da própria direção do hospital que esse convênio não deve ser assinado, e isso me impede, obviamente, legalmente, de fazer transferências de recursos para aquela unidade. Esperamos que eles reflitam melhor com relação a isso, nós podemos assinar esse convênio junto com aquele hospital e possamos realizar os pagamentos e, obviamente, aquilo que é sobre contestação de valores a maior ou menor, isso pode ser discutido, mas no momento temos o impedimento legal porque o próprio hospital não deseja assinar o convênio. Isso faz com que eu não consiga fazer transferências de recursos, visto que são recursos públicos, eu não posso simplesmente transferir para uma unidade sem eu ter devidamente um instrumento legal que me ampare para que eu possa fazer a transferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Sobre a fala do deputado Marcius Machado, não foi respondido.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Secretário Helton, eu só gostaria que aquela pergunta que eu fiz das cirurgias eletivas que foram suspensas, que o senhor mandasse uma lista de onde estão, não precisa ser agora, mas me manda. O senhor tem o e-mail de todos os deputados. Uma lista de onde estão os novos leitos. Leitos novos, não reservados.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Deputada, nós vamos encaminhar para a Assembleia, como eu disse, a relação e a planilha com todos esses leitos novos que já estão disponibilizados, onde estão os leitos que são os anteriores, os 810, para que todos os senhores tenham conhecimento. Não há segredo algum com relação a essas informações, e como eu disse, nós vamos passar também em breve a divulgar isso

através dos nossos boletins diários, para que a população como um todo também tenha conhecimento do que está ativado e o que vai ser ativado ao longo do enfrentamento da COVID-19.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Com relação a colocação do deputado Marcius, o senhor tem algo a dizer?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Bom, deputado Marcius! Nós temos interesse, a Região Serrana como um todo também tem grande interesse em ativar especialmente a ala nova do Hospital Tereza Ramos, nós temos a empresa fazendo algumas atividades para que aquela ala possa ficar plenamente finalizada, para que eu possa instalar os leitos de enfermaria e de UTI naquela ala nova. Já temos nove leitos ativados no Hospital Tereza Ramos e obviamente, vamos precisar da ala nova, isso já está devidamente na planilha, os senhores todos vão receber isso. Importante a gente destacar para todos os senhores que nós não podemos ter a ideia de que nós vamos ativar leitos de UTI em todos os hospitais. Isso de uma forma operacional é inviável, nós temos a perda da expertise da equipe, especialmente equipe de UTI, que ela precisa ter uma expertise muito apropriada com relação aos pacientes da COVID-19. Seria leviano de nossa parte estar vendendo a ideia de que nós podemos colocar leitos de UTI em todos os hospitais, isso não é uma verdade. Os profissionais de Saúde, especialmente profissionais da área médica e de enfermagem que trabalham nesses hospitais de menor porte, de urgência e emergência, eles não têm essa devida qualificação técnica para que possam conduzir pacientes em leitos de terapia intensiva, e obviamente que esses hospitais, como já fizemos, no dia de ontem, emitimos uma portaria aqui da Secretaria da Saúde, nós estamos fazendo bloqueio nesse momento de leitos de enfermaria nesses hospitais. Por que bloqueio? Porque eu preciso alterar a qualificação junto ao Ministério da Saúde desses leitos, para que eles possam receber a remuneração por leito diferenciada que o Ministério já sinalizou para nós. Então, todos os

leitos de UTI ativados para a COVID-19 têm uma remuneração diferenciada, os normais R\$ 800,00, os que são COVID R\$ 1.600,00. As enfermarias também tem o mesmo regramento, então precisamos nesse primeiro momento dimensionar toda a rede hospitalar, ai nós estamos falando realmente dos hospitais que são de menor parte, eles têm capacidade de ofertar enfermaria, pois são pacientes que vão precisar de oxigenoterapia e de acompanhamento de uma equipe de saúde, não são de maior complexibilidade, mas exigem também acompanhamento. Isso faz com que nós tenhamos toda a rede de hospitais de médio e pequeno porte envolvidas nesse processo, é isso que estamos fazendo desde o dia de ontem, estamos realizando neste exato momento outra videoconferência com todos os hospitais filantrópicos para o esclarecimento de toda essa estratégia do Estado com relação às enfermarias, para que tudo fique muito claro para a população no sentido de que nós possamos realmente trazer a informação daquilo que vai acontecer. Vender a ideia de que nós vamos instalar leitos de UTI em todos os hospitais, sejam eles de pequeno, médio ou grande porte é uma informação que devemos ter cuidado, porque isso não é verdadeiro e pode causar a falsa impressão de que mesmo os hospitais, por menor que sejam, poderiam estar abrigando leitos de terapia intensiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Para concluir, deputado Maurício Eskudlark. Nós vamos ter que ser breve para concluirmos dentro do tempo. Às 17h tem a Ordem do Dia, e nós temos que finalizar a lista de documentos que vamos pedir para ser encaminhada à Assembleia. Por favor, deputado Maurício Eskudlark, três minutos e deputado José Milton, três minutos também, por favor.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Um dos assuntos que eu iria abordar, o secretário acabou de falar que é a questão dos hospitais do Estado. É importante, esse diálogo deve acontecer com os hospitais e eles foram tomados de surpresa com a portaria, agora como o secretário disse, já estão

em uma videoconferência. Nós sabemos que Florianópolis, o Sul e a Foz do Rio Itajaí, apresentam a maior parte dos casos, Coronel João Batista, porque é uma porta de entrada, entraram pessoas que fizeram cruzeiros, outras por atividade profissional. Mas, sendo atualmente o maior problema na Foz do Rio Itajaí, nós temos a possibilidade do Hospital Santa Inês, que é um hospital que sempre prestou relevantes serviços à comunidade de Balneário Camboriú e região, pode ter ali de 40 a 60 leitos de UTI, a estrutura está pronta, é só uma reforma e colocar os equipamentos, em 10 dias, segundo médicos e engenheiros, teriam condições de colocar aquele hospital pelo potencial das construtoras de Balneário e região em atividade, e seria um potencial permanente. Um hospital que só parou, porque quando um hospital salva mil vidas não se percebe, mas quando alguém vai à imprensa ou ao Ministério Público reclamar de um atendimento, aí entram com uma ação para fechar. Aquele hospital sofreu muito ações desse tipo. Por que não utilizar aquela estrutura do Hospital Santa Inês em Balneário Camboriú, Secretário Helton Zeferino?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Para concluir, deputado José Milton, depois o Secretário se manifesta concluindo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Deputado Milton Hobus, ao cumprimentá-lo, cumprimento os Secretários, todos os deputados. Ontem eu já tive a oportunidade de fazer várias perguntas, mas apenas uma agora para o secretário Helton. O Estado já está repassando os recursos da política hospitalar, mas nem todos os hospitais de Santa Catarina, principalmente os de médio e pequeno porte estão nessa política. O meu pedido para o secretário é de que os atuais contratos desses hospitais de atendimento, tanto quantitativo como qualitativo, fossem mantidos independente do atendimento ou não, porque foi suspenso o atendimento de cirurgias eletivas? Por exemplo, aqui o Hospital de Praia Grande não está mais atendendo cirurgias eletivas, não está recebendo recursos, mas está lá testando e recebendo

pacientes também do COVID e outras doenças. Então, o ideal era mantermos os contratos desses hospitais enquanto durar a pandemia e depois eles começam a operar também no Sistema de Cirurgias Eletivas, porque esses hospitais não recebem recursos da política hospitalar e eles não têm como se manter aberto, porque em Saúde o custo é recursos humanos. O pedido é para que o secretário tivesse uma posição com relação aos hospitais de pequeno porte que não fazem parte da política hospitalar catarinense. No mais era parabenizar a organização, os Secretários pelas respostas e pelo debate que foi feito ao longo desta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado, deputado José Milton.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Deputado Milton Hobus, tem 30 segundos para o Sargento Lima?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Bem breve, Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Senhor secretário, no dia oito de abril da semana passada eu entrei em contato com praticamente todos os hospitais de Santa Catarina, consegui a informação de nove internos em UTI, sendo que destes nove, segundo a própria coordenadoria de comunicação de cada hospital, me repassou que sete deles estariam fazendo o uso regular do respirador, e 26 internos, não é? E na *live* do mesmo dia foi passado um numero diferente disso, inclusive eu liguei para o senhor e falei com o senhor, no mesmo dia, sobre esse número de internos. Gostaria de saber da parte do senhor, se existe algum tipo de recomendação para dar uma transparência real dos dados, tendo em vista que a *live* da noite do mesmo dia não passou esse número de 26 e de nove internados em UTI? Essa é a informação que eu gostaria de saber, ou se houve algum desencontro de informação na *live* do dia oito de abril, no qual eu conversei com o senhor e os números não batiam. Aquilo que foi conversado com a coordenadoria de comunicação dos hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado deputado Sargento Lima. Por favor, secretário Helton, dois minutos e eu vou passar a

relação para o senhor para que nós todos possamos receber as informações pertinentes.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE (Helton Zeferino) - Vamos lá. Deputado Maurício, com relação ao Hospital Santa Inês, nós já estivemos lá, visitei essa estrutura. Acho que é uma estrutura que pode ser avaliada, inclusive, para a possibilidade de leitos de enfermaria, leitos de retaguarda, é uma estrutura que pode ser utilizada sim, só dependemos agora realmente de um investimento que necessário deve ser realizado, algumas estruturas físicas precisam ser melhoradas, mas é uma estrutura que pode ser utilizada, especialmente quando se fala de retaguarda, por exemplo, no Hospital Ruth Cardoso.

Com relação ao deputado José Milton, dos hospitais de pequeno porte, o que nós podemos fazer deputado, eu não posso incluí-los na política hospitalar catarinense, eles não fazem parte da política, o que nós podemos analisar aqui é justamente a liberação desses hospitais. Eles têm pouco impacto dentro da rede de hospitais com relação à liberação de leitos, eles podem continuar fazendo as cirurgias eletivas, que não necessariamente vão precisar de bloqueios de leitos de UTI, a gente pode fazer isso através da nossa estrutura da Secretaria de Estado da Saúde.

Deputado Sargento Lima, com relação aos leitos, nós fazemos diariamente a divulgação dos dados. Nesse momento, nós estamos com 100 pacientes internados em leitos de UTI no Estado, dos quais 55 têm confirmação para a Covid e 45 estão em suspeita, entre hospitais públicos e privados. Destes, 67 estão utilizando ventiladores para poder fazer a sua troca gasosa. Destes, 42 confirmados e 25 estão ainda em suspeição, entre rede pública e privada. Então, diariamente nós fazemos essa divulgação dos dados, e como eu já disse, a partir de ontem nós estamos divulgando boletim diário com as informações, e provavelmente em breve nós estaremos incluindo essas informações de ocupação de leitos, quantos pacientes estão em UTI, quantos estão confirmados, quantos leitos estão disponíveis, para que a população tenha

também essa informação diariamente disponibilizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Milton Hobus) - Obrigado, Secretário Helton. Para nós cumprirmos o tempo, para que nosso Presidente Julio Garcia possa iniciar a sessão e a ordem do dia, eu vou pedir que a assessoria da Casa registre e faça, em termos de documento, tanto ao Secretário da Saúde quanto da Defesa Civil, os seguintes indagamentos: Primeiro, resposta a todos os questionamentos feitos pelo deputado Rodrigo Minotto com relação à contratação do Hospital de Campanha. A lista, senhor secretário, de todos os leitos já instalados e a previsão de quando e onde serão instalados os demais equipamentos para a abertura de leitos de UTI em Santa Catarina. Plano de Contingência, Coronel João Batista, completo para que todos os deputados possam ter acesso. Quais os integrantes do grupo de inteligência que hoje compõe a Defesa Civil, o GRAC, etc. Encaminhar as atas das reuniões que vocês estão fazendo para que se tenha conhecimento do que está sendo debatido. Também, se o senhor puder explicar, por que os Centros Regionais de Defesa Civil, que têm um papel preponderante nas crises para interligar os órgãos estaduais, regionais com os órgãos municipais não foram ativados até esse momento? Um estudo das curvas de contaminação para os próximos meses, mês a mês, com as ações previstas sob o ponto de vista estruturante e também em termos de vigilância sanitária epidemiológica. E também, as ações de proteção econômica e social que até agora ninguém fala nisso. Detalhar isso por escrito, enfim o plano de ação para esses próximos meses. E uma análise concreta sobre o Quadro de Necessidade de Leitos de UTI, que pela explanação, pela foto apresentada pelo Coronel João Batista, a mim pelo menos, não convence que essa realmente vai ser a necessidade do Estado, porque não está levando em consideração o tempo de permanência na UTI nesse cálculo, pelo menos da forma como foi apresentado. Passar esse quadro para todos os deputados, com as devidas explicações para que nós possamos entender.

Demais, agradecer a todos os membros da Assembleia Legislativa, todos os Deputados, todas as Deputadas. Agradecer ao Secretário Helton, mais uma vez, pela presteza de estar aqui. Agradecer o Coronel João Batista, nosso abraço a todos os membros da Secretária da Defesa Civil. Espero que essas informações todas possam chegar, e que todas as dúvidas possam ser respondidas, porque necessita-se de transparência. Agradecer ao Presidente Júlio Garcia, pela presteza de podermos estar realizando mais esse debate bastante esclarecedor, ao meu ver. Muito obrigado a todos!

Antes de encerrar a presente sessão, convoco outra, ordinária, para a presente data, às 17h.

Está encerrada a sessão.

[Transcrição: Roberto] [Revisão: Taquígrafa Ana Maria]

